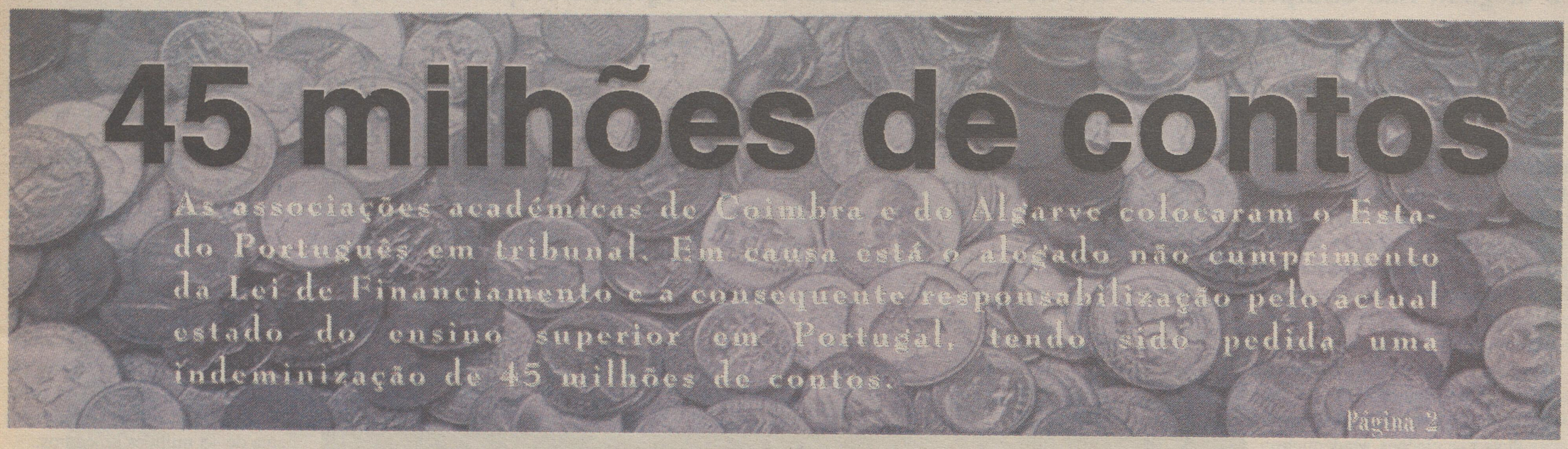
BIBLIOTECA GERAL
UNIV. DE COIMBRA
JORNAIS

A CABRA

Jornal Universitário de Coimbra

Nº65 19 de Fevereiro de 2001 Quinzenal Director: Bruno Ferreira Director Adjunto: Sérgio Alves
Produzido pela Secção de Jornalismo da Associação Académica de Coimbra Distribuição Gratuita

DOM Dicas

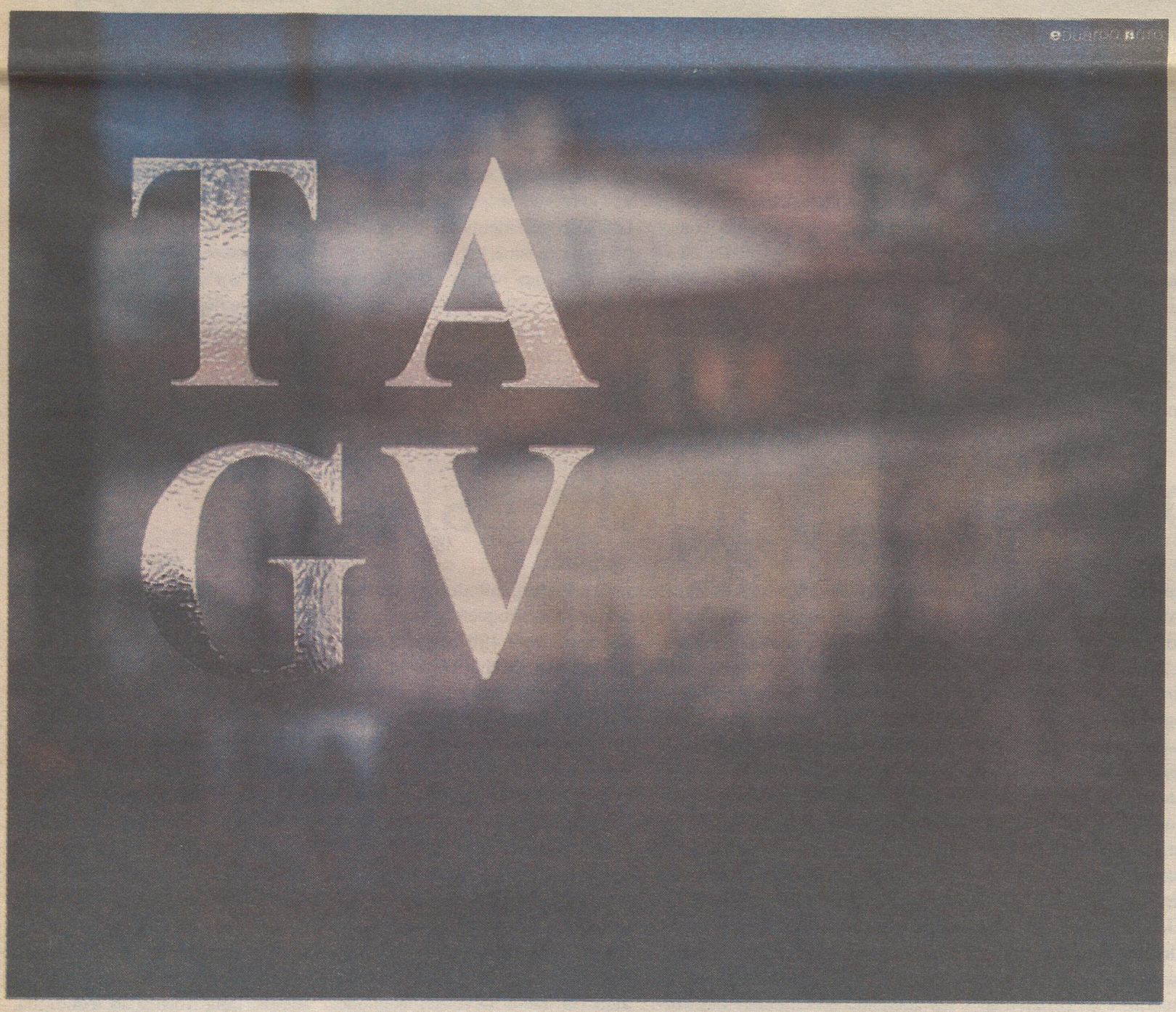


45 milhões de contos

As associações académicas de Coimbra e do Algarve colocaram o Estado Português em tribunal. Em causa está o alegado não cumprimento da Lei de Financiamento e a consequente responsabilização pelo actual estado do ensino superior em Portugal, tendo sido pedida uma indeminização de 45 milhões de contos.

Página 2

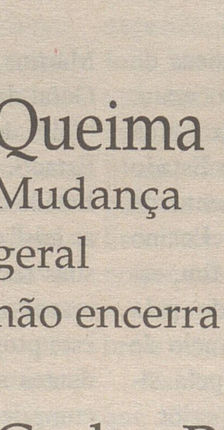
O cair do pano



O Teatro Académico de Gil Vicente foi palco de grandes mudanças. Abílio Herandez demitiu-se do cargo de director devido a desentendimentos com a pró--reitora da cultura e faz, em entrevista a A CABRA, uma análise da cultura em Coimbra

Páginas 3 a 5

Polémica cultural


Urbe polemica

O debate sobre o estado da cultura em Coimbra organizado pela Pro Urbe provocou duras reacções por parte da Câmara Municipal. Teresa Portugal, vereadora da Cultura de Coimbra, acusa a Pro Urbe de se estar "a transformar num braço político do Bloco de Esquerda".

Página 6

Queima das Fitas

Mudança de secretário geral
não encerra polémica

Carlos Paredes

Ao celebrar 76 anos revisitamos a voz da guitarra portuguesa

Página 16

v.s.f.f.

BIBLIOTECA GERAL
REITORIA DE COIMBRA
JORNAIS

Estado Português em tribunal

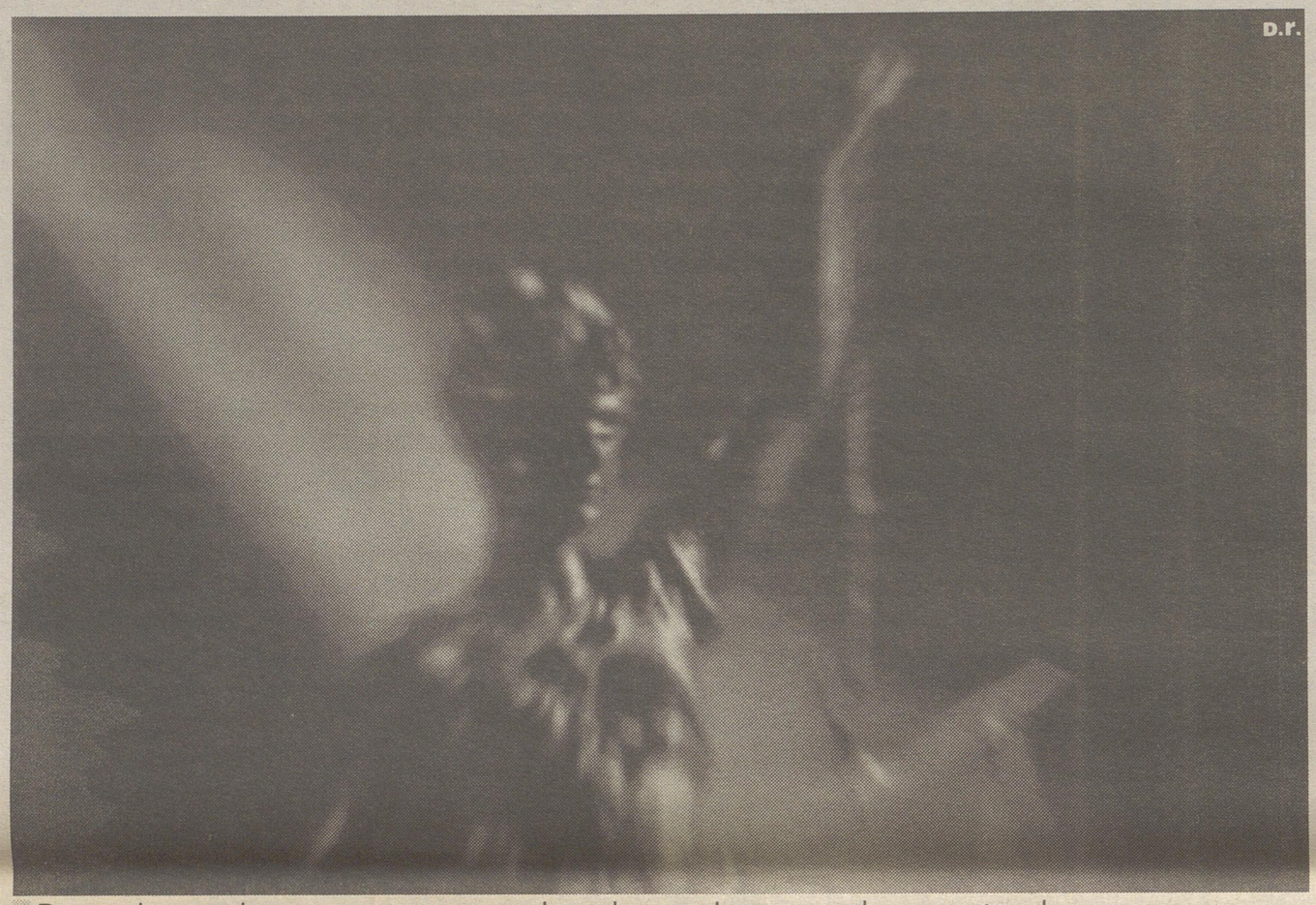
No banco dos réus

As associações académicas de Coimbra e do Algarve colocaram o Estado Português em tribunal. Em causa está o alegado não cumprimento da Lei de Financiamento e a consequente responsabilização pelo actual estado do ensino superior em Portugal.

A Associação Académica de Coimbra (AAC) e a Associação Académica da Universidade do Algarve (AAUAlg) apresentaram no passado dia 24 de Janeiro, na Vara Cível de Lisboa, uma acção conjunta contra o Estado Português por alegado incumprimento da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (Lei 113/97), e o consequente pedido de indemnização conjunta no valor de cerca de 45 milhões de contos.

Esta acção surge, no entender das duas associações académicas, como "último recurso para atingir uma clarificação e consequente apuramento de responsabilidades pelo actual estado do ensino superior em Portugal".

Depois de vários anos a criticar e a questionar a Lei de Financiamento do Ensino Superior, sendo a questão concreta das propinas e sua aplicação a face mais visível dessa contestação, as associações académicas de Coimbra e do Algarve decidiram concretizar este posicionamento sob a forma de um processo judicial.


D.R.

Depois de anos de contestação, é agora altura de ser a Justiça a mediar a questão do ensino superior

Lei por cumprir

Deste modo, o incumprimento da Lei 113/97 por parte do Estado é considerado pelas duas associações académicas como lesivo dos interesses dos estudantes em alguns pontos considerados essenciais, fundamentos da acção agora apresentada. Desde logo, é alegado que a Lei 113/97 enuncia que a responsabilidade do financiamento das instituições é do Estado e que o dinheiro proveniente do pagamento de propinas pertence às receitas próprias, devendo ser aplicado no acréscimo de qualidade do sistema. No entanto - apontam os proponentes da acção judicial -, "o Estado teima em cometer a ilegalidade de retirar o montante das propinas ao Orçamento Transferido para as Universidades, desresponsabilizando–se desse valor, obrigando a que as instituições utilizem essas verbas para o financiamento do seu funcionamento e não para proporcionar aos estudantes um ensino de qualidade acrescida, ao contrário do que a Lei estipula". Depois, é assacada ao Governo a responsabilidade pela não regulamentação de grande parte da mesma lei, quando só tinha 180 dias para o fazer (como refere seu artigo 39º) e quando já passaram mais 1200 dias, continuando essa lei por regulamentar. Parte dessa não regulamentação terá prejudicado claramente os estudantes, já que não permite que a Lei seja aplicada nesses pontos específicos.

A acção judicial em questão, articulada em 113 fundamentos, visa deste modo obrigar o Estado a cumprir a sua responsabilidade financeira, sendo ainda condenado a indeminizar as Universidades pelos danos causados aos estudantes, com o objectivo de que tais situações possam ser remediadas, estando o prejuízo causado aos estudantes globalmente avaliado em cerca de 45 milhões de contos.

Confrontada com esta acção, a Secretaria de Estado do Ensino Superior considera não haver motivos que justifiquem, neste momento, um comentário muito alargado a fazer sobre esta matéria: "O recurso à justiça é um meio legítimo ao dispôr de todos. A partir daqui, resta–nos esperar pelos desenvolvimentos do processo, diferindo mais comentários para um momento posterior".

Longe de ser um fim, esta acção judicial agora interposta pretende constituir–se como a face mais visível de uma contestação que as associações académicas recusam ver morrer, recorrendo a um meio legítimo que obrigue o Estado a reconhecer, definitivamente, as responsabilidades das quais não se deve subtrair.

Sérgio Alves

Responsabilização do Estado

As associações académicas de Coimbra e do Algarve colocaram, no passado dia 24 de Janeiro, uma acção em tribunal contra o Estado português, por incumprimento da Lei de Financiamento do Ensino superior. Longe de ser um fim, esta iniciativa é considerada pela DG/AAC como mais um meio de responsabilizar o Estado pela situação actual do ensino superior.

Na perspectiva da Associação Académica de Coimbra, esta acção judicial movida contra o Estado Português, em conjunto com a Associação Académica do Algarve surge como "mais uma forma de denunciar e responsabilizar o Estado pela situação do ensino superior em Portugal".

Em declarações ao Jornal Universitário A CABRA, Humberto Martins, presidente da Direcção Geral da AAC (DG/AAC) fala em "falta de moralidade por parte do Estado, que não tem respeito pelo Estado de direito onde se cumprem as leis" e, logo, não cumpre com as suas responsabilidades no que diz respeito à lei de financiamento. A este propósito afirma que "os estudantes são os únicos obrigados a cumprir a lei porque pagam as propinas e, se não pagam, sabem que têm que sofrer sanções". O presidente da DG/AAC salienta a ideia de que esta lei não responde às actuais necessidades das instituições de ensino superior e classifica-a de "inaplicável", relembrando que os estudantes sempre foram contra.

Para quantificar o montante do pedido de indemnização (cerca de 45 milhões de contos), ambas as associações levaram em conta as ajudas que estão preconizadas na lei de financiamento e nas quais se sentem lesados, tais como as previstas com os alunos deslocados. Para estes, está estabelecido apoio na forma de residências universitárias. No caso de Coimbra, existem 13 mil estudantes deslocados para 900 camas, existindo assim um défice de alojamento. Outro factor considerado foi o montante das propinas. Estas deveriam ser utilizadas para um acréscimo de qualidade no ensino mas, devido aos sucessivos cortes em termos de financiamento no montante das verbas das propinas, estão a ser utilizadas no funcionamento básico das universidades. Deste modo, a política da qualidade de ensino tem estado comprometida: "podemos afirmar que todos os estudantes que têm frequentado o Ensino Superior desde 1997 estão a ser lesados", afirma Humberto Martins. Para colmatar esta falha, calculou–se, para efeitos de complementação de ensino, o custo médio de um curso de pós–graduação, ao qual qualquer estudante que tivesse frequentado o ensino superior nestes três anos teria acesso.

Apesar desta acção ter sido equacionada em vários ENDA (Encontro Nacional de Dirigentes Associativos), as outras associações não avançaram com esta medida. O facto deve–se, segundo Humberto Martins, "a um não acompanhamento" por parte das outras academias, embora nas várias reuniões mantidas "se tivesse feito sempre o ponto da situação do processo", tendo as associações académicas acabado por subscrever esta iniciativa da AAC e da AAUAlg.

Esta acção judicial contra o Estado não é considerada uma medida fundamental para resolver o estado do ensino superior. Surge, antes, - e nas palavras do presidente da DG/AAC - como mais uma forma de reivindicação para a aquisição de uma melhoria do ensino: "não é esta acção que vai mudar, por si, a situação. Temos de continuar a seguir as nossas formas de trabalho, de contestação, para conseguir uma formação condigna, com qualidade e que, definitivamente, nos dê todas as condições para frequentar o ensino superior".

José Manuel Camacho

Abílio Hernandez demite-se do cargo de Director do TAGV

Factos de uma polémica

O TAGV encontra-se orfão de director. Motivado por desentendimentos com a pró-reitora da cultura, Maria de Fátima Sousa e Silva, Abílio Hernandez pediu a demissão.

Existem contradições no ponto de vista cultural na Universidade

Na Segunda–feira 22 de Janeiro de 2001 foi publicamente conhecida a demissão de Abílio Hernandez do seu cargo de director do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV). O pedido de demissão foi entregue na Reitoria da Universidade de Coimbra na Sexta–feira 19 de Janeiro, tendo sido desde logo aceite. Na origem desta decisão de Hernandez estiveram desentendimentos com a pró–reitora da cultura, Maria de Fátima Sousa Silva, que originaram, inclusivamente, uma troca de correspondência mais ou menos azeda entre ambos. Estes desentendimentos terão sido exacerbados com as divergências a propósito da programação para o Dia da Universidade, a 1 de Março, e para a Semana da Mostra Cultural.

Em comunicado emitido a 22 de Janeiro, o reitor Fernando Rebelo afirmou que a programação destes dois eventos é da "inteira responsabilidade" da Reitoria, tendo relembrado também que "a responsabilidade da definição e condução da política cultural da Universidade de Coimbra compete ao Reitor e à Pró–Reitoria para a Cultura", manifestando, assim, uma posição de concordância com as decisões tomadas por Maria de Fátima Silva.

Abílio Hernandez ingressou nas funções de director do TAGV ainda no reitorado de Rui Alarcão, tendo sido reconduzido no cargo com a chegada à reitoria de Fernando Rebelo. Recorde–se que o cargo de director do TAGV é da responsabilidade do reitor da Universidade, que indigita alguém para o cumprimento de tais funções.

A equipa inicial formada por Abílio Hernandez contava com Francisco Paz e António Barros. Algum tempo depois, dá–se a saída de António Barros, entrando mais tarde João Maria André para a equipa directiva.

Pouco tempo depois da saída de Hernandez, também Francisco Paz e João Maria André puseram os seus lugares de directores adjuntos à disposição. Os motivos invocados foram a solidariedade para com o ex–director, alegando também os demissionários razões de lógica, uma vez que os directores adjuntos são nomeados pelo director, e após a saída deste, não faria sentido a sua continuidade nos respectivos cargos.

As coordenadas directivas de Abílio Hernandez e da sua equipa assentaram sempre numa programação cultural eclética e ambiciosa.

Mas tudo indica que esta filosofia terá chocado com a perspectiva de Maria de Fátima Silva, sobretudo no que toca à utilização da sala, que a pró–reitora tentava reservar sobretudo para entidades ligadas à Universidade, nomeadamente, secções e organismos da AAC e grupos universitários e de trabalhadores da UC.

Cecília Santos

Comentário

CMC–Cultura Muito Cara

Não será de todo errado dizer que podemos encarar a cultura e as artes com base em dois prismas distintos: ou a cultura assume uma função de agrado às massas ou assume uma função informativa e formadora, dando a conhecer o que se faz, formando um pouco a consciência crítica e cultural de cada um. Não se quer estabelecer uma incompatibilidade entre estas duas funções. Contudo, é fácil dizer que nem sempre a segunda satisfaz a primeira.

A cidade de Coimbra, ao longo dos anos, sempre se pautou por uma consciência crítica fortemente vincada, formando aquilo que se pode chamar de vanguarda cultural. Hoje em dia, sem considerar tal opção nem como um retrocesso, nem como avanço, podemos dizer que Coimbra está a tomar uma clara escolha pela primeira opção referida. Afasta–se a discussão, a crítica, o construtivismo e isso será sinal que todos sairam satsifeitos. Agrade–se à maioria e isso será sinónimo de bom. E exemplos não faltam. Veja–se o concerto do artista brasileiro que abrilhantou o 25 de Abril na Praça da Canção. Vejam–se os Anjos que sobrevoaram a Praça da República na entrada do novo século. Enquanto isso, Abílio Hernandez alerta, em entrevista a este jornal, que a Câmara Municipal deve incentivar o aparecimento de projectos culturais com base em rigorosos critérios de qualidade. Critérios, há–os. Rigorosos e de qualidade, já se duvida. Faltam espaços em Coimbra. Espaços para que as iniciativas culturais e arísticas tenham a dignidade que merecem. E o TAGV não pode ser a casa de todos os espectáculos.

O TAGV é um teatro académico que assume funções próprias de um teatro municipal que tarda em existir. Mais do que informar, forma a consciência e estética cultural de quem por lá passa ao longo da sua vivência Coimbrã. O TAGV é, em Coimbra, a casa de espectáculos de referência. A única casa, por sinal. O seu ex-director afirma que há que estabelecer limites qualitativos, para além dos quais não pode haver contemplações. O teatro que dirigiu fez–nos esquecer a inoperância da Câmara em criar uma sala de espectáculos para a cidade de Coimbra. Afinal o TAGV existe. E nos últimos cinco anos preencheu o vazio que a Câmara ofereceu ao seu melhor arquitecto, nas palavras do seu presidente. A população de Coimbra continua à espera. Enquanto isso, pode ir assitindo ao novo inquilino do TAGV, o mágico Luis de Matos, que durante meio ano oferecerá deliciosas férias a quem necessita de um espaço, a quem só tem um espaço para mostrar a sua produção. A quem se tinha habituado à programação do TAGV. Como que por magia.

A questão da política cultural a seguir pelo TAGV é de uma delicadeza extrema: pode–se optar, mais uma vez, por duas visões que não se afiguarm como incompatíveis. De um lado, um teatro de e para a casa universitária, para os grupos e para as iniciativas da Universidade de Coimbra. Um teatro académico por excelência. De outro lado, um teatro aberto a inovações, a experiências e a intervenções que vêm de fora. No meio disto poderemos situar o estado real do TAGV. Que não deixa de ser académico, melhor, que se mantém qualitativamente académico em função de uma política cultural eminemtemente universalista. As vozes que se levantam contra esta política são paralelas às que criticam aqueles forasteiros que fazem diagnósticos sobre o estado actual da cultura em Coimbra.

Talvez este seja o derradeiro momento que Coimbra detém para pôr a mão na consciência, talvez esta seja a altura em que os agentes culturais necessitem de se sentar à mesma mesa e pensar no futuro da cultura desta cidade. Nas exigências que uma cidade destas justifica. Para que Coimbra possa verdadeiramente ser uma capital nacional da cultura e não se fique, como dizia Fernando Nunes, antigo director deste jornal, pelo estatuto de capital nacional da fotocópia.

Eduardo Brito

Abílio Hernandez fala sobre o estado da cultura em Coimbra

"Não se deve ser complacente

Abílio Hernandez deixou a direcção do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) no final do passado mês de Janeiro. Numa conversa com A CABRA, o professor da Faculdade de Letras não deixa de falar do TAGV, de Coimbra e da Associação Académica de Coimbra (AAC), da cultura que se faz e daquela que se poderia fazer.

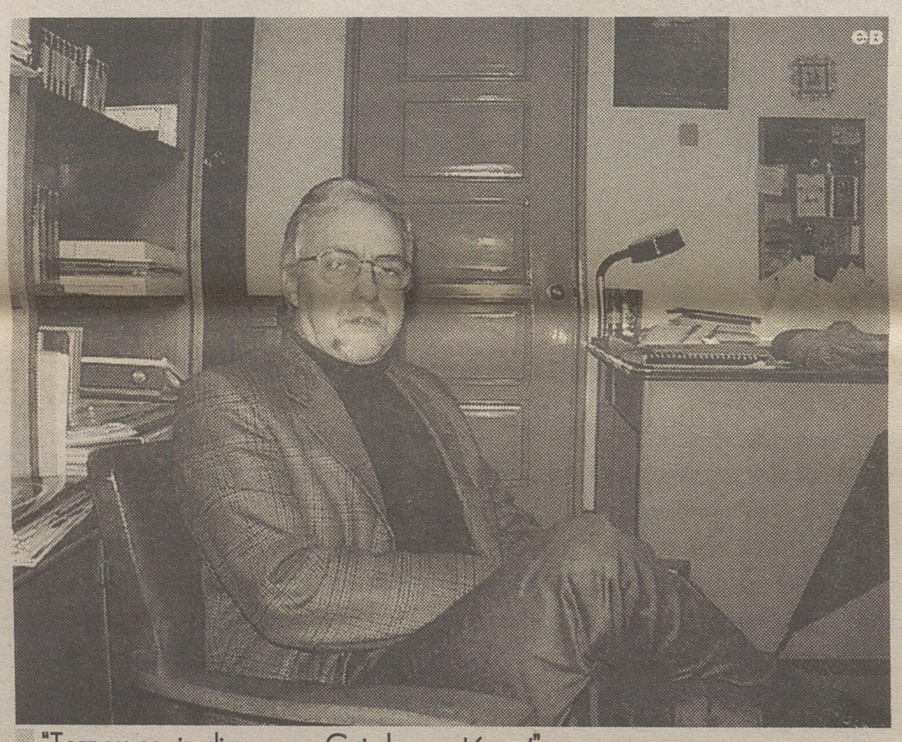
No passado dia 22 de Janeiro, Coimbra era surpreendida pelo anúncio da demissão de Abílio Hernandez do cargo de director do TAGV. Passadas as águas agitadas desse processo, o ex-director do TAGV conversou com A CABRA traçou uma análise à Coimbra cultural de hoje, abordando o projecto de capital da cultura, o que se faz e o que se deve fazer por uma cidade mergulhada numa "crise política e cultural".

A sua demissão surge num contexto de discordância com a linha de política cultural seguida pela Universidade de Coimbra. É de se esperar uma mudança de rumo do TAGV?

Não há nenhum dado que indicie uma mudança de política cultural do TAGV. Penso que nestes últimos dois anos e meio as contradições para as quais chamei a atenção resultam do facto de existirem duas políticas culturais diferentes. Nada impede que o TAGV continue a seguir uma linha de programação cultural e artística que vá na sequência do que tem feito. Pessoalmente assim desejo. E que alargue e aprofunde essa experiência e que torne o teatro académico ainda mais importante para a universidade como para Coimbra, como no próprio panorama cultural e artístico do país. E aí, penso que este caminho que o teatro vem traçando - obviamente que sou suspeito para falar dissofez com que nestes últimos anos o TAGV passasse a ter uma imagem muito diferente no ponto de vista nacional, merecendo o respeito das outras entidades: quer dos outros agentes e intervenientes artísticos nacionais, quer das entidades que apoiam ou suportam as actividades culturais: a nível de Coimbra a Câmara Municipal, a nível nacional o Ministério da Cultura. Não acredito que a Universidade de Coimbra vá dizer ao TAGV que este tem de mudar a sua política cultural.

Fugindo para Coimbra, pensa que estão reunidas as condições para que esta cidade seja Capital Nacional da Cultura em 2002?

A cidade de Coimbra tem que ter condições para isso. Se quer a minha opinião sobre o anúncio do ministro, teria preferido e acho que a própria cidade também que o ministro tivesse chegado cá e tivesse afirmado a existência de um projecto de Capitais Nacionais da Cultura e assumido o compromisso que Coimbra seria a primeira. Independentemente do ano de arranque do projecto. Teria ficado satisfeito se o ministro tivesse anunciado isso e, depois de um aprofundamento da matéria, o Ministério marcasse uma data, a qual preferiria que não fosse 2002, isto é, que houvesse mais tempo para a preparação. Não foi essa a posição do ministro.



"Tornou-se *in* dizer que Coimbra está *out*"

Sem esse tempo de preparação, os planos podem sair furados...

A minha opinião é que Coimbra não pode recusar este convite. Porque, se a nossa imagem, a nível nacional, neste momento, é má, costumo dizer que tornou–se in pôr–se Coimbra out, e Coimbra é sistematicamente colocada out, seja por boas, seja por más razões. Se Coimbra recusa este convite, mais vale nunca mais falarmos em projectos para Coimbra. Portanto, temos que aceitar este desafio. Mas temos de fazê–lo com esta convicção que é um desafio dificílimo, mas é também um desafio fascinante, que exige várias coisas. Tempo para planear com rigor, financiamento adequado para que o que se fizer tenha a dignidade que merece. Este desafio exige que se montem estruturas para que se trabalhe com eficácia. E para além disso, é necessário que Coimbra se una numa só voz. E aqui reside muma das dificuldades que Coimbra tem tido. Como sabemos tem havido muita discussão, mais ou menos séria. E esta é muitas vezes estéril. Há muito conflito, às vezes com natureza partidária, outras vezes com natureza de grupos não necessariamente partidários, outras vezes com projectos que parecem ser pessoais... Coimbra tem que ultrapassar isso tudo. Se Coimbra acha que este é um projecto importante, todas as estruturas que representam a cidade, desde a Câmara Municipal, passando pelas associações cívicas e pela Universidade, naturalmente, têm que se unir para provar que Coimbra está outra vez in.

Existe uma crise de Coimbra, uma crise profundamente política e cultural

A crise de Coimbra

Tal união está longe de acontecer. Pelo menos a julgar pelas reacções ao encontro que a Pró Urbe promoveu. Que balanço faz desta iniciativa?

Existe uma crise de Coimbra, uma crise profundamente política e cultural. Uma crise de imagem. E as reacções do poder político ao encontro da Pró Urbe são sintomáticas dessa crise. Não sou da Pró Urbe nem do executivo camarário, logo, possuo uma distância razoável em relação a ambas. Participei no encontro como convidado e tive muito gosto em fazê–lo. O balanço que faço do encontro é altamente positivo. Discutiram–se coisas importantes para a cidade. Fez–se uma reflexão que não foi nem podia ser completa. Contudo, foi fruto de um trabalho de base que foi coordenado na Pró Urbe por uma equipa grande de pessoas que fizeram um trabalho notável. Também com lacunas, com alguns erros, mas é um excelente documento de trabalho. Depois, fez–se a referida reflexão, que não aspira ser uma reflexão final. É que este encontro situa–se num plano mais vasto, que vai culminar em Maio com o congresso "Por uma Carta Constitucional para Coimbra". Esse será o ponto final sobre uma reflexão séria sobre o futuro de Coimbra.

No que diz respeito ao encontro, este foi bastante positivo, o que não quer dizer que todas as intervenções tenham sido boas: uma ou outra houve, no fim do primeiro dia, que indiciava algum ajuste de contas, em concreto com a vereadora da cultura. Mas afirmo que me surpreendeu muito a reacção do executivo camarário. A nível partidário, também não escondo a minha surpresa.

Como qualifica estas reacções?

É ainda também um dos sinais de uma situação que gostaria que desaparecesse, de uma grande crispação entre pessoas e entre grupos: grupos partidários associados a determinadas forças e até entre pessoas do mesmo partido. Para mim não tem sentido que um partido tenha encarado aquele encontro como uma forma de oposição partidária. Ainda por cima, quando os convidados eram pessoas ilustres do próprio partido. Não faz sentido que se reaja mal ao facto de se terem convidado pessoas de fora de Coimbra. Para mim, a intervenção mais notável que ouvi naqueles dois dias veio justamente de uma pessoa que veio de fora, o professor Rui Vieira Nery. Com todo o conhecimento que ele tem, não só como homem de cultura, mas como homem que teve responsabilidades a nível nacional. O que é preciso é discutir ideias e não discutir pessoas ou interesses.

Na mesma entrevista à CABRA, queixou–se do desinteresse da Câmara Municipal de Coimbra.

No que concerne ao TAGV, a Câmara acabou por apoiar, graças à persistência daquele. Durante 39 anos o teatro foi apenas e só apoiado pela Universidade. Este executivo acabou por assinar um protocolo com o TAGV com um significado muito importante. O primeiro item do referido documento foi este: A Câmara Municipal de Coimbra reconhece o serviço de natureza pública que o TAGV presta no campo da cultura e das artes. E isto é, pelo menos para mim, mais importante que um subsídio de 10 mil contos que a Câmara passou a atribuir ao teatro. E não só a este domínio se estende a colaboração: Festival Internacional de Música de Coimbra é um excelente exemplo de uma iniciativa de cooperação feita em Coimbra que atinge uma dimensão internacional a partir de uma co–organização em que os parceiros se entendem. As parcerias são boas não para uma instituição tirar dividendos, mas se as instituições que entram nessas parcerias tenham objectivos comuns.

Agrada–lhe a política Cultural da Câmara?

Digo francamente que está longe de me agradar, tal como digo à sra vereadora. O que é que falta aqui? Têm havido apoios. Agora esses apoios estão longe de ser significativo. Por outro lado, é possível que nos pareça que os apoios aqui são um pouco aleatórios. Julgo que seria bom que a Câmara fizesse um esforço para tornar mais claro o sentido desses apoios. É que a Câmara não tem de ser um empreendedor cultural. Tem, sim, que dizer que deseja apoiar projectos culturais e artísticos, tem que incentivar o aparecimento de tais projectos com base em critérios rigorosos de qualidade.

Mas tem dado péssimos exemplos disso. Basta lembrar

com a falta de qualidade"

que a Câmara de Coimbra escolheu o Netinho para um concerto do 25 de Abril...

É evidente que há acções que são muito marcadas pela entidade que as promove. Os executivos camarários têm uma lógica que passa pela lógica política. As Câmaras deixam–se arrastar por critérios eleitoralistas e portanto o que é mau acaba por ter uma proeminência muito grande. Para acabar com isso é necessário que nós, cidadãos, critiquemos com sentido construtivo. Há que ter a coragem de marcar limites, para além dos quais não pode haver contemplações. Não se deve ser complacente com a falta de qualidade. É que os critérios fingidamente culturais às vezes são anti–culturais, contra culturais.

Pensar o TAGV

Entrando nos domínios do TAGV, que balanço faz do seu percurso de director?

Ainda estou tão próximo que me é difícil fazer um balanço. Por outro lado, é evidente que esses balanços devem ser feitos por alguém que tenha uma perspectiva mais distanciada e mais objectiva. O que posso dizer é que este é um balanço muito marcado do ponto de vista pessoal e marcado por questões de afectividade. Se houve coisa que me custou neste processo recente foi o momento em que reuni as pessoas no TAGV e disse que me ia embora. Foi um momento de uma emoção muito grande.

Tive alguma intervenção no teatro antes de ser director, enquanto pró–reitor para a cultura. O último mandato do professor Rui de Alarcão criou a primeira Pró–Reitoria para a Cultura de todas as universidades portuguesas. Isto significa uma afirmação programática de um papel para a cultura e para as artes diferente. Mas para além disso, há a cultura e as artes enquanto tais. Em 1994, a Universidade de Coimbra afirmou claramente que a partir de então artes e cultura ocupariam um território privilegiado no seu seio. Nesta sequência surge o TAGV que até então tinha uma estrutura completamente diferente: um conselho directivo presidido por um docente, nomeado pelo reitor, tinha um director artístico que uma vezes era contratado por concurso, um funcionário nomeado pelos Serviços Centrais, um estudante indicado pela DG/AAC e outro indicado pelos Organismos Autónomos. Eram cinco pessoas que entravam e saiam cada um em seu momento. Era uma grande confusão. Não havia uma equipa. Ora, o reitor entendeu que era preciso conferir ao teatro, até em função da própria política cultural delineada, uma dignidade estatutária equivalente à da, por exemplo, Biblioteca Geral. Então fez–se um regulamento novo para o teatro, aprovado pelo Senado e aquele passou a ter um director.

Quais as especificidades de um teatro académico?

Teatro académico é aquele que tem como primeira preocupação o beneficiar da população académica, sobretudo os estudantes. E isto faz–se de duas maneiras: em primeiro lugar, permitindo que tudo aquilo que do ponto de vista cultural e artístico se faz de bom na AAC possa ter expressão no palco. Não é tudo o que se faz, sublinhe–se. É tudo o que de bom se faz. Porque se penso ser necessário separar determinadas águas, a história magnífica que esta AAC tem não merece que se trate do mesmo modo as coisas boas, as coisas medíocres e as coisas más.

A segunda trata–se de permitir, como público, o acesso dos estudantes, em condições privilegiadas, aos actos culturais. E essas condições passam pelos preços especiais, que o regulamento prevê para os estudantes.

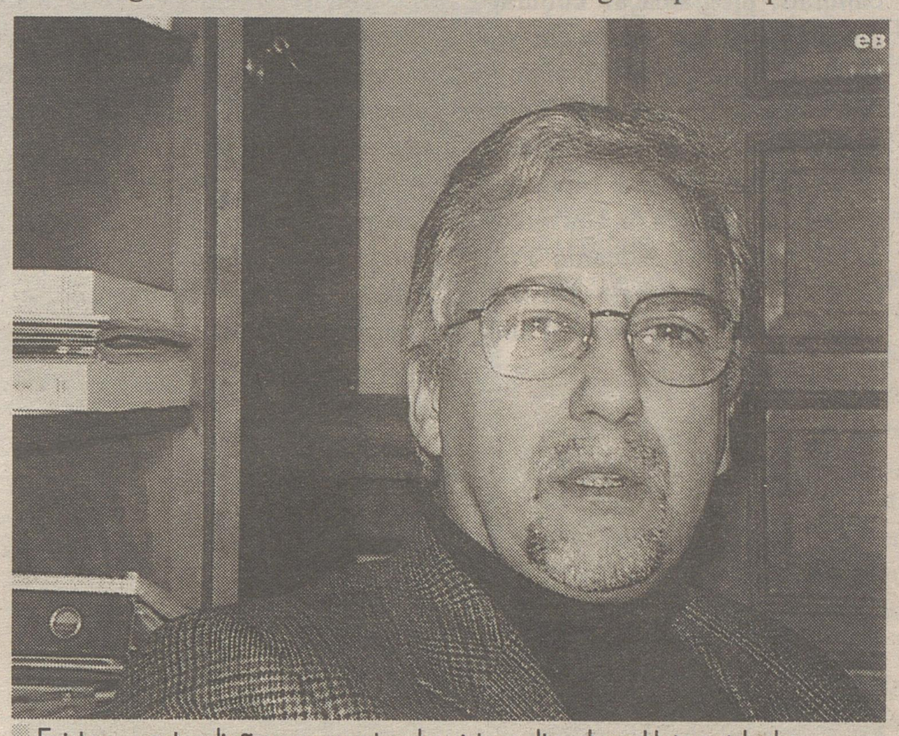
Dentro da AAC há vozes que o acusam de recusar iniciativas de índole académica, de um certo elitismo...

Não há elitismo nenhum. o que há, o que houve e o que julgo que vai continuar a haver é uma preocupação pela qualidade.

Uma concepção universalista do usufruto do teatro, portanto.

Sem dúvida. Porque a arte ou é universal ou não é arte. Se se encaram os projectos artísticos e culturais para nós próprios, para nós e para os nossos amigos, então temos uma atitude paroquial. A arte é por natureza universal. O que importa é o espírito de universalismo. Que é o das secções e organismos autónomos que há dezenas de anos trabalham na AAC. Evidentemente, esse seu trabalho é de altos e baixos. Agora, algumas iniciativas não tiveram lugar pura e simplesmente porque não havia disponibilidade. As planificações são feitas a longa distância. Houve pedidos de Núcleos que não chegaram a ser contemplados. Uma coisa é uma secção ou um organismo autónomo usar o teatro para actuar de acordo com a sua própria natureza, outra coisa é um núcleo de estudantes organizar–se em empresário e contratar alguém e aproveitar a gratuiticidade da sala do teatro para ganhar umas centenas de contos. Não é essa a função deste teatro.

O regulamento do TAGV prevê um Conselho Geral que practicamente não foi reunido. Porquê?



Existem contradições no ponto de vista cultural na Universidade

O Conselho Geral do TAGV não reúne há mais de dois anos, e reconheço que falhei absolutamente nisso. Ainda reuni nos primeiros anos e depois... acabou. Não por nenhuma atitude premeditada da minha parte. Reunimos muito poucas vezes e das últimas, as reuniões aconteceram com metade das pessoas. Devo dizer também que nunca tive nenhum pedido de convocação do Conselho Geral. Foi uma falha minha. E penalizo–me por isso. E será, também, um motivo de reflexão para uma eventual revisão do regulamento do TAGV. Penalizo–me justamente porque isso seria mais importante para a academia, mais do que para as outras entidades exteriores à Universidade. E senti isso. Tanto o senti que já este ano tive um encontro com o responsável pelo pelouro da Cultura da DG/AAC que me expressou alguma insatisfação de um ou outro grupo da AAC. Chegamos a marcar uma reunião para ser levada a cabo com o Conselho Cultural à qual faltei porque estive doente. Penso que falhei. Não me custa nada admiti–lo.

O Conselho Geral do TAGV não reúne há mais de dois anos (...). Falhei absolutamente nisso

Olhar a AAC

Como foram as relações do director do teatro com a AAC?

Tenho relações cordiais com Humberto Martins, como tive com o Hugo Capote. Apesar disso, a DG/AAC nunca nos fez grandes propostas. Tive más relações com o António Silva, que uma vez me tratou muito mal no próprio palco do teatro apesar de eu não estar presente. Mas são coisas que passam, são situações conjunturais. De resto tenho uma profundíssima relação com a AAC. Fui presidente de um Organismo Autónomo, o Grupo Coral de Letras e fui presidente da Mesa da Assembleia Magna da AAC em 1964/65. Antes das Comissões Administrativas.

Como vê a AAC nestes últimos anos? Que observações merecem ser feitas no que diz respeito à política cultural?

A AAC cresceu desmesuradamente nestes últimos anos. E o crescimento da AAC é em muito semelhante ao crescimento das cidades, isto é, cresceu desordenadamente. Sem planeamento e com alguns aspectos que fugiram ao controlo da DG, da própria Academia. À sombra da AAC nasceram imensas estruturas, sobretudo no campo desportivo, que fugiram completamente ao controlo da AAC, criando situações verdadeiramente lamentáveis em que muita gente usou o nome da AAC para projectos que não tinham nada a ver com a AAC.

No ponto de vista cultural continua a trabalhar–se bem na generalidade das secções mas com coisas muito fugazes.no campo da direcção geral, penso que esta não tem que ser organizadora de coisas culturais. Deve sobretudo apoiar projectos. O âmbito de gestão directiva já é uma tarefa enorme e dificílima. Por outro lado, há uma estrututra que cresceu de forma desmesurada e que se afastou do seu contexto mais adequado que é a Queima das Fitas. É uma empresa que organiza uma festa em nome dos estudantes com critérios que às vezes me confrangem. Aqueles que são eleitos para organizar a Queima das Fitas pouco peso têm lá dentro. Do ponto de vista cultural é responsável por equívocos tremendos. E são tais equívocos que, muitas vezes, são vistos como as principais referências das festas dos estudantes.

Para terminar, e voltando ao tema da sua demissão, considerou-a como um alerta. Para quem o dirigiu?

Para a Universidade, por causa das contradições que existem na UC no ponto de vista cultural. Há contradições superáveis, com as quais podemos lidar até um determinado limite. A partir desse limite, não se pode contemporizar e isso tem que ver com o facto de, depois de uma estrutura cultural ter ganho a dimensão e o relevo que possui, não dever ser confrontada com outras atitudes que tenham cariz oficial, tomadas por quem tem responsabilidades na Universidade de Coimbra e que são a negação do referido universalismo que o TAGV procurou trazer para a Academia. Ou por outra, universalismo que é o espírito da academia e que o TAGV tentou concretizar. Por outro lado há outros limites relativos à forma como as estruturas universitárias lidam umas com as outras. A minha carta de demissão mostra exemplos que para mim são inaceitáveis. Achei inaceitável que o director do TAGV fosse tratado daquela maneira. Não por mim, mas pelo TAGV. É nesse sentido que a minha demissão é um alerta. É preciso algum bom senso nestas coisas. Creio que o TAGV, por um lado e o papel da cultura na Universidade, por outro, são tão importantes que por vezes estes episódios são passageiros. Estou convencido que esse alerta será bem entendido por toda a gente.

Eduardo Brito

Encontro "Coimbra Cultura - Um olhar para crescer" incendeia a cidade

Urbe polémica

O debate sobre o estado da cultura em Coimbra organizado pela Pro Urbe provocou duras reacções por parte da Câmara Municipal.

Teresa Portugal, vereadora da Cultura de Coimbra, acusa a Pro Urbe de se estar "a transformar num braço político do Bloco de Esquerda, com uma associação muito particular do PCP" de forma a transformá–la numa "força contra a Câmara Municipal para concorrer às próximas eleições autárquicas". Estas declarações, no seguimento do encontro "Coimbra Cultura - Um olhar para crescer", realizado no IPJ, nos dias 19 e 20 de Janeiro, reflectem o desagrado da edilidade em relação às conclusões do encontro.

Todo este conflito nasceu em volta da associação cívica Pro Urbe. Esta organização surgiu há seis anos atrás, da ideia de criar uma associação que reflectisse uma atitude crítica perante o espaço urbano de Coimbra. Desde logo, definiu como objectivo principal a elaboração de uma carta constituicional para a cidade, isto é, a formulação de um conjunto de princípios base reguladores e orientadores da actividade e urbanidade local. Nesse âmbito, subdividiu–se em sete grupos: Educação, Cultura e Turismo, Saúde, Arquitectura, Exclusão Social, Espaços Verdes e Desporto, com o intuito de cada um proceder a um levantamento exaustivo sobre a realidade coimbrã na sua área.

Nesse sentido, o grupo de Cultura e Turismo desenvolveu um relatório de 272 páginas sobre o estado da cultura em Coimbra. Iniciado em Outubro de 1998, este estudo foi direccionado em dez frentes distintas: música, teatro, dança, o cinema, o turismo, a criação literária, a Associação Académica de Coimbra, a Universidade de Coimbra, o reflexo da cultura na cidade nos media e, por fim, as artes plásticas, dossier este que seria retirado do relatório, por não estar concluido.

Este relatório originaria o encontro que agora a câmara critica, o qual foi repartido em três mesas redondas temáticas: infraestruturas culturais, programação cultural e um último debate acerca dos pontos fortes e fracos de Coimbra, rumo a seguir. Este evento contou com a presença de personalidades como Fátima Sousa e Silva (pró–reitora da Cultura da Universidade de Coimbra), Eduardo Prado Coelho (Universidade Nova de Lisboa), Rui Vieira Nery (Fundação Calouste Gulbenkian) ou Miguel Lobo Antunes (CCB).

Conferências sobre a cidade geraram grande polémica

O ministro da cultura, José Sasportes, aproveitou a sua presença nesta iniciativa para anunciar a concretização para 2002 do projecto "Coimbra Capital Nacional da Cultura", com vista à valorização cultural da cidade. Com uma enorme adesão, o encontro acabou por delimitar uma imagem bastante negra do panorama cultural local e originar uma acesa polémica entre a Câmara Municipal e a Pro Urbe.

Câmara versus Pro Urbe

Para Teresa Portugal, o anúncio público e a nível nacional de um parecer negativo sobre a cidade surgiu como um acto "contra a urbe", contra Coimbra. Esta autarca não consegue compreender que se convidem pessoas de fora da cidade e que não conhecem a sua realidade para, publicamente, se manifestarem negativamente sobre o estado da cultura. Além do mais, aponta o facto de o colóquio não ter apresentando qualquer projecto alternativo, não ter realizado qualquer crítica mais construtiva.

Para a vereadora da cultura, que participou no primeiro painel subordinado ao tema "Espaços Culturais" (e cuja intervenção seria posteriormente referida como mera propaganda política à actividade camarária), é incompreensível o facto de a Câmara não ter sido contactada enquanto instituição fulcral na promoção cultural aquando da elaboração do relatório. Para Teresa Portugal, há por parte do seu departamento uma intervenção constante e permanente na área da cultura, complementada com o trabalho da Divisão de Turismo. Não consegue, pois, compreender a forte contestação à política da autarquia levada a cabo pelos intervenientes no encontro, que se referiram ao papel da Câmara como quase nulo.

Segundo João Gouveia Monteiro, coordenador do encontro realizado pelo grupo de Cultura e Turismo da Pro Urbe, "nada justifica a reacção que houve da parte da vereação socialista", "sobretudo o tom e a natureza um bocado degradada desses comentários". Segundo este, "há um grande exalamento da Câmara" acerca das conclusões do encontro, "eventualmente por ser ano de eleições", o que se traduz "num sentimento de caça às bruxas" nada propício para a resolução dos problemas de âmbito cultural que afectam Coimbra.

João Gouveia Monteiro defende–se ainda afirmando que a vereadora da Cultura tinha conhecimento do conteúdo do estudo e conhecia o painel de intervenientes do encontro. Mais, acusa Teresa Portugal, assim como a Delegação Regional do Centro do Ministério da Cultura, o INATEL e a Região de Turismo do Centro, de não terem acedido ao pedido da Pro Urbe para enviar uma resposta acerca da sua leitura sobre a vida cultural em Coimbra, de modo a equilibrar o conteúdo do relatório.

Em relação às acusações de interesses políticos por parte da Pro Urbe, é peremptório: "Não tenho nada a ver com essa guerra. Isso é um assunto para discutir com ela, com o Bloco de Esquerda e o PCP. São insinuações que não têm qualquer lógica ou fundamento.

Para João Gouveia Monteiro, Coimbra "é uma cidade muito carenciada" a nível de infraestruturas culturais e equipamentos. Embora elogie alguns aspectos da política cultural camarária, afirma que existem diversos sectores que estão a ser esquecidos, como a dança. Por outro lado, refere também o caso da música, onde a procura de formação supera largamente a oferta. Defende ainda uma maior coordenação entre as actividades de modo a que exista uma certa articulação entre as instituições e uma melhor divulgação, de modo a "tirar as pessoas do Big Brother" e levá–las aos eventos culturais.

As potencialidades de Coimbra

Para o coordenador do polémico relatório, a aposta no desenvolvimento de uma grande indústria cultural, cruzando as potencialidades que a cidade tem, deve ser uma das prioridades de todos os que residem na cidade. Segundo o próprio, as qualidades de Coimbra não estão a ser devidamente optimizadas e coordenadas em torno de um único objectivo comum.

Para João Gouveia Monteiro, esta localidade possui um enorme capital de prestígio e mística que deveria ser utilizado em prol do seu desenvolvimento. No entanto, não existe qualquer projecto nesse sentido por parte das instituições conimbricenses, que continuam votadas ao isolamento e à descoordenação, menosprezando as mais valias que daí poderiam retirar. Neste contexto, realça o papel que "Coimbra Capital Nacional da Cultura" poderá ter. No entanto, tendo em conta que o actual Orçamento de Estado não contempla a iniciativa, uma vez que é uma ideia posterior, e visto que uma das principais carências da cidade é ao nível de infraestruturas, são necessárias verbas para que o evento não se salde apenas por uma enorme variedade de espectáculos, mas que deixe uma marca posterior. Desde modo, "2002 não pode senão ser uma data indicativa para lançar projectos".

A Pro–Urbe irá organizar um congresso de 25 a 27 de Maio denominado "Pela Cidade. Uma Carta Constitucional para Coimbra". Este evento tem como objectivo realizar um estudo sobre o estado da cidade nas suas diversas vertentes. Posteriormente, irá propor uma espécie de caderno de encargos para as instituições da cidade que será concentrado num documento original denominado Carta Constitucional. Para o efeito, a Pro–Urbe tem já alguns juristas prontos para o elaborar.

Ângela Neves
Emanuel Graça

Estação Nova recebe Teatro Municipal

A Câmara Municipal estabeleceu um protocolo com a REFER com vista à cedência do espaço da Estação Nova para que aí seja edificado um novo espaço cultural. Este projecto, que irá adaptar a fachada do edifício às necessidades de um teatro, está inserido num plano mais amplo de requalificação de toda a zona ribeirinha e tem por base a ideia de reaproveitar a área da Estação Nova devido à sua centralidade.

Por outro lado, o novo teatro municipal no Pátio da Inquisição está à espera dos últimos pareceres ao projecto até final deste mês. Esta nova valência cultural será um teatro pequeno, com cerca de 200 lugares e um espaço de cena variável.

Para João Gouveia Monteiro, a ideia de um teatro municipal é essencial pois vem colmatar uma das grandes carências da cidade. No entanto, levanta algumas reticências à sua localização e considera que deveriam ser consultados, antes de mais, tanto os arquitectos como os agentes culturais directamente interessados. Em resposta às declarações do Presidente da Câmara, Manuel Machado, para o qual "não há melhor arquitecto do que o povo", contrapõe que a ideia deve ser discutida com especialistas de forma a encontrar a melhor solução. Afinal, "as faculdades de arquitectura existem para alguma coisa"...

AN / EG

António Barros pediu demissão

Onde há fumo há Queima

Toda a Queima das Fitas 2000 esteve envolta num processo longo e pouco transparente, indissociável da demissão do Secretário Geral António Barros. A CABRA tentou apurar, juntos dos principais responsáveis pela organização e gestão do evento, quem suscitou todo o processo de exoneração e suas fundamentações.

No decorrer da Queima das Fitas os membros da Comissão Fiscalizadora concluíram que António Barros não se adequava ao perfil do cargo que desempenhava, consequência do não cumprimento da sua competência primordial : a apresentação mensal dos relatórios de contas, dimanando deste facto um clima de desconfiança e suspeição no seio de toda a estrutura organizativa.

"A Fiscalizadora concluiu que António Barros não tinha o perfil mais adequado para ser Secretário Geral. Se a Queima não estivesse tão próxima tínhamos pensado na demissão" frisou João Luís Jesus, Dux Veteranorum. Humberto Martins, presidente da DG/AAC, acrescenta mesmo que "a Comissão Fiscalizadora 2000 tinha intenção de o demitir. No entanto ele demitiu–se alegando razões pessoais".

A CABRA indagou junto da Comissão o porquê do desajuste de Barros relativamente ao cargo que ocupava. As respostas foram consensuais: "Já tinham sido dados vários alertas para a apresentação de contas. As contas da AAC são mensais e desde Abril até Junho não tinha sido dada qualquer resposta positiva no sentido das coisas avançarem. Houve má fé da parte das pessoas responsáveis, porque não fizeram nada e a prova está em que só apresentaram alguma coisa em Janeiro de 2001 e não tinham intenção nenhuma de regularizar na altura a situação nem de dar os dados e os documentos necessários à avaliação da situação fiscal. Na altura podia ser uma questão de não haver oportunidade, não haver tempo e fomos aceitando isso e o facto é que os prazos se foram alargando, mas não havia qualquer indício do cumprimento das responsabilidades", explica Humberto Martins. A integridade económica da AAC enquanto entidade estava, no entender do presidente da DG/AAC, constantemente a ser posta em causa ao existirem recibos emitidos que não tinham pagamento, ao ter pagamentos que não tinham recibos, ao ter sido alertada pela própria entidade bancária de que estava a haver irregularidades ao nível da conta gerida pela Queima das Fitas. O conjunto de irregularidades apresentadas "poderia comprometer a A.A.C. em termos bancários , colocando-a numa situação muito delicada", conclui. João Luís Jesus sublinha ainda que «a Queima realizou–se mas, de acordo com o Regulamento, os Relatórios de Contas devem ser apresentados em determinada data, prazo esse que não foi cumprido devido às quezílias e ao extremar de posições». Face ao desenrolar dos acontecimentos , a DG/AAC. em nome da Comissão Fiscalizadora avançou, em Novembro com um processo cível contra o Secretário Geral da Queima , o Tesoureiro e Secretário administrativo e financeiro. «Dado o atraso da entrega das contas da Queima das Fitas, a Fiscalizadora decidiu pedir à DG/AAC, como orgão executivo da AAC da qual a Queima utiliza o número de contribuinte, para interpôr uma acção cível para a apresentação das contas por parte da tesouraria ,Secretário administrativo financeiro e Secretário Geral», justificou João Luís Jesus.

A Queima das Fitas 2000 continua a dar que falar

As contas da maior festa dos estudantes, foram enfim apresentadas no dia 31 de Janeiro de 2001 à DG/AAC, estando a ser analisadas até ao momento.

Quanto à Queima 2001, a Comissão Fiscalizadora bem como o recém–eleito Secretário Geral, Hélder Pires, garatiram mais transparência e responsabilidade no desenvolvimento do evento que se aproxima. « Tudo farei para que as coisas sejam mais claras e transparentes e para que tudo possa chegar ao fim sem que tenhamos complicações parecidas com as do ano passado», asseverou Hélder Pires.

Quando contactado por A CABRA, António Barros escusou–se a prestar declarações referindo apenas que se demitiu « por razões de ordem pessoal ». Adiantou, no entanto, que brevemente , quando todo o processo estiver finalmente regularizado, dará a conhecer publicamente a sua perspectiva da situação.

Maria João Lopes
Joana Flor

Comentário

Desabafos

A Queima das Fitas, que muito respeito e à qual dediquei parte substancial da minha vivência académica, parece não conseguir sair do pântano em que se tornou nos últimos anos. Sistematicamente surgem polémicas e suspeitas que raramente se explicam.

Em primeiro lugar, e de certo modo à laia de nota de redacção, quero reafirmar peremptoriamente que A CABRA não errou, quando na sua edição de Outubro (vide nº61), noticiou a demissão do então Secretário Geral (SG) da QF António Barros. A decisão da demissão foi tomada pela Comissão Fiscalizadora(CF) antes da saída dessa edição do jornal. A mais do que aparente contradição entre esta minha afirmação e o texto ao lado tem uma explicação académico–veterana que de algum modo tentarei dissecar ao longo deste texto.

De facto, a inércia natural da AAC (entendida como um todo), propicia o "direito de veto" àqueles que, ocupando um lugar por inerência ou eleição, num órgão heterogéneo como a Comissão Fiscalizadora da QF se permitem usar de preciosismos e artefactos vários para protelar uma decisão ou mesmo evitá–la. O António Barros estava demitido, a decisão foi tomada, apenas não lhe foi comunicada. Desde Outubro até Janeiro a decisão ficou "na gaveta". Tenho conhecimento disto pessoal e jornalisticamente.

Rei morto, Rei posto, vamos à eleição do novo SG. Desde cedo, e mesmo antes da demissão do anterior, se perfilaram vários candidatos à sua sucessão. Até algumas horas antes do final do prazo alguém se inscreveu, no decorrer duma noite de copos, usando como suporte para o seu currículo um maço de tabaco aberto. O objectivo e as intenções eram as mais nobres e, nestes casos, os fins podem justificar os meios - jantar à borla para os candidatos no dia seguinte!

As inerências dos corpos gerentes da AAC (Direcção Geral e Conselho Fiscal) não foram convocadas para a reunião de entrevistas aos candidatos e chegou a colocar–se a hipótese de não votarem nesta escolha por não terem tomado posse perante a CF! Como pode isto ser possível? As "espingardas" estavam contadas e recontadas. Este tipo de "legalismos" não eram de modo nenhum necessários. A transparência que todos afirmam querer imprimir à QF não passa por este tipo de "jogadas" que só podem adensar a névoa que persegue a QF. A decisão estava garantida por (pelo menos) a maioria dos elementos da CF e não era de modo nenhum necessário macular a eleição do novo SG que vai concerteza ter um difícil trabalho pela frente.

Não quero, de modo algum, beliscar de alguma forma o mandato do novo SG Hélder Pires mas, à mulher de César, não basta ser séria.

Não querendo misturar o nome do Conselho de Veteranos ou mesmo o dos veteranos em geral com as atitudes de alguns termino com um apelo que espero recebido e que eu próprio ouvi sempre que postulei uma ideia com mais de "2 linhas" - Deixem–se de politiquices.

Rui Justiniano

DG faz lista de problemas e exige soluções

A culpa é nossa?!

A Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra lançou mais uma campanha para alertar para os problemas da Universidade. A ideia, desta vez, é encontrar os culpados...

A Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC) lançou mais uma campanha para alertar para os problemas do Ensino Superior em geral e da Universidade de Coimbra (UC) em particular. Esta iniciativa é designada através de uma pergunta retórica e algo irónica. "A Culpa É Nossa?!" é a pergunta que a DG/AAC lança para se conseguir chegar aos responsáveis ou "culpados" pelos problemas que actualmente enfrenta a Universidade de Coimbra. A campanha tem uma duração prevista de quatro semanas e teve início a 7 de Fevereiro.

O propósito essencial da DG com esta campanha é, segundo os seus membros, lançar o debate efectivo estas os problemas que neste momento mais afectam os estudantes, contando–se entre eles os que respeitam à acção social, infraestruturas, pedagogia, insucesso escolar, estágios, saídas profissionais e lei do financiamento.

A primeira semana desta campanha foi essencialmente dedicada às questões das infraestruturas e da acção social.

Relativamente ao primeiro ponto, foram destacados os problemas da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (FCDEF), cujas instalações praticamente se reduzem ao Estádio Universitário, pelo que os alunos desta faculdade não possuem salas de aulas que não sejam adaptações dos espaços desportivos, e a exiguidade do espaço chega ao ponto de fazer com que os serviços de texto funcionem numa arrecadação por baixo das bancadas do estádio. Já houve, inclusivamente exames a decorrer em bancadas ou recintos de jogos do pavilhão desportivo. A DG/AAC defende que só a construção de uma faculdade de raiz poderá resolver problemas com esta gravidade.

Mas a falta ou inadequação dos espaços não afecta só A FCDEF. É também destacado o caso da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE), que também não tem instalações próprias, ocupando actualmente um espaço da Misericórdia de Coimbra. A solução, neste caso, passaria pela reinstalação da FPCE no Pólo II da Universidade. A Faculdade de Farmácia tem também as suas instalações divididas por três edifícios, que obrigam os estudantes a deslocações constantes entre os três espaços. Enquanto isso, a Faculdade de Medicina continua à espera da já há muito prometida mudança para o denominado "Pólo das Ciências da Saúde", juntamente com a Faculdade de Farmácia.

Quanto às faculdades de Direito e Letras, são já conhecidas as dificuldades em conseguir albergar um cada vez maior número de alunos. A solução destes problemas depende também da futura passagem das faculdades de Farmácia e Medicina para outro local, de modo a que a faculdade de Direito possa ocupar as instalações onde estas se encontram actualmente. A este propósito, a DG relembra que a faculdade de Letras dispõe apenas de 40% do espaço que deveria possuir em função do seu número de alunos.

Este tipo de problemas infraestruturais não deixa de afectar, também, a Faculdade de Ciências e Tecnologia, nomeadamente os departamentos de Arquitectura, Ciências da Terra, Zoologia e Bioquímica.

A tudo isto, a DG/AAC junta problemas gerais da UC, como sejam a falta de salas de estudo, de informática ou mesmo bibliotecas.

No que toca aos serviços de acção social, destaca–se, do vasto leque de problemas que a Direcção Geral encontra nesta área, o próprio sistema de atribuição de bolsas, que permitirá que elas sejam outorgadas a estudantes que realmente não precisam delas. Volta também a servir como nota de contraste o facto de haver apenas 900 camas em residências universitárias para os cerca de 13 mil estudantes deslocados a estudar em Coimbra, o que levará à elevada especulação imobiliária que se faz sentir na cidade. A solução só poderá ser, segundo este entendimento, a construção o mais célere possível de novas residências universitárias, de modo a albergar mais estudantes.

A DG/AAC já abordou, seguidamente, os temas da pedagogia e do insucesso escolar. Esta semana, a discussão andará à volta dos estágios e das saídas profissionais.

Cecília Santos

Nova Praxis Sed Praxis

Código da Praxe sujeito a revisão

Inalterado desde 1993, o Código da Praxe que define os contornos praxísticos da nossa Academia, foi alvo de um trabalho de revisão e reestruturação que se encontra agora na sua fase final.

Subjacente a esta revisão está uma fillosofia de uniformização e clarificação de algumas incongruências patentes no mesmo. A intenção é, pois, torná–lo mais coerente e unissexual, colocando para isso os preceitos praxísticos masculinos e femininos em ponto de igualdade. No entanto, há pontos específicos nesta matéria que permanecem inalterados, como por exemplo a distinção a nível de traje académico.

A política é, pois, explicitar, reorganizar e clarificar.

Outros pontos foram também alvo de atenção nesta revisão do Código, como é o caso das Trupes e da hierarquia da praxe.Em relação às primeiras houve uma preocupação em explicitar alguns pontos que poderiam à partida suscitar alguma discussão, bem como alterar e regularizar os limites praxísticos de acordo com uma nova realidade a nível dos espaços da universidade. Assim, o Estádio Universitário, o Pólo II e o futuro Pólo III bem como a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física passarão a estar também devidamente previstos no Código.

Já em termos de hierarquia, as alterações são mais pontuais, manifestando–se essencialmente na definição da categoria de Dux Duxorum. Esta, anteriormente considerada uma categoria hierárquica atribuída em condições especiais a alguns doutores, deixa de fazer parte da hierarquia, passando a ser considerada uma categoria honorífica. A Comissão Permanente do Conselho de Veteranos passará também a ser contemplada em termos de existência e funcionamento no Código da Praxe, uma vez que, apesar de já existir anteriormente, ela não apresentava qualquer estatuto oficial.

Sob a prerrogativa da necessidade de fazer uma boa articulação dos artigos, o Dux Vetaranorum, João Luís Jesus, e o Conselho de Veteranos salientam que o objectivo "não é fazer alterações de fundo, mas sim manter o espírito original da praxe e actualizá–la segundo esse princípio".

O processo de revisão do Código da Praxe partiu de um compromisso assumido pelo actual Dux aquando da sua eleição que se comprometeu a realizar esta tarefa. Assim, o espaço que decorreu entre Fevereiro e Outubro de 1999 foi estipulado como prazo de apresentação de propostas de alteração aberto a todos os estudantes da Academia (que foram poucas e pontuais). Posteriormente, foi efectuado um trabalho de compilação e organização dessas propostas numa proposta única. Através do lançamento de "Decretus" ao ritmo de dois por semana, dava–se conta da revisão artigo por artigo, discutida e aprovada em Conselho de Veteranos até se chegar ao texto final, que ficou pronto na semana passada.

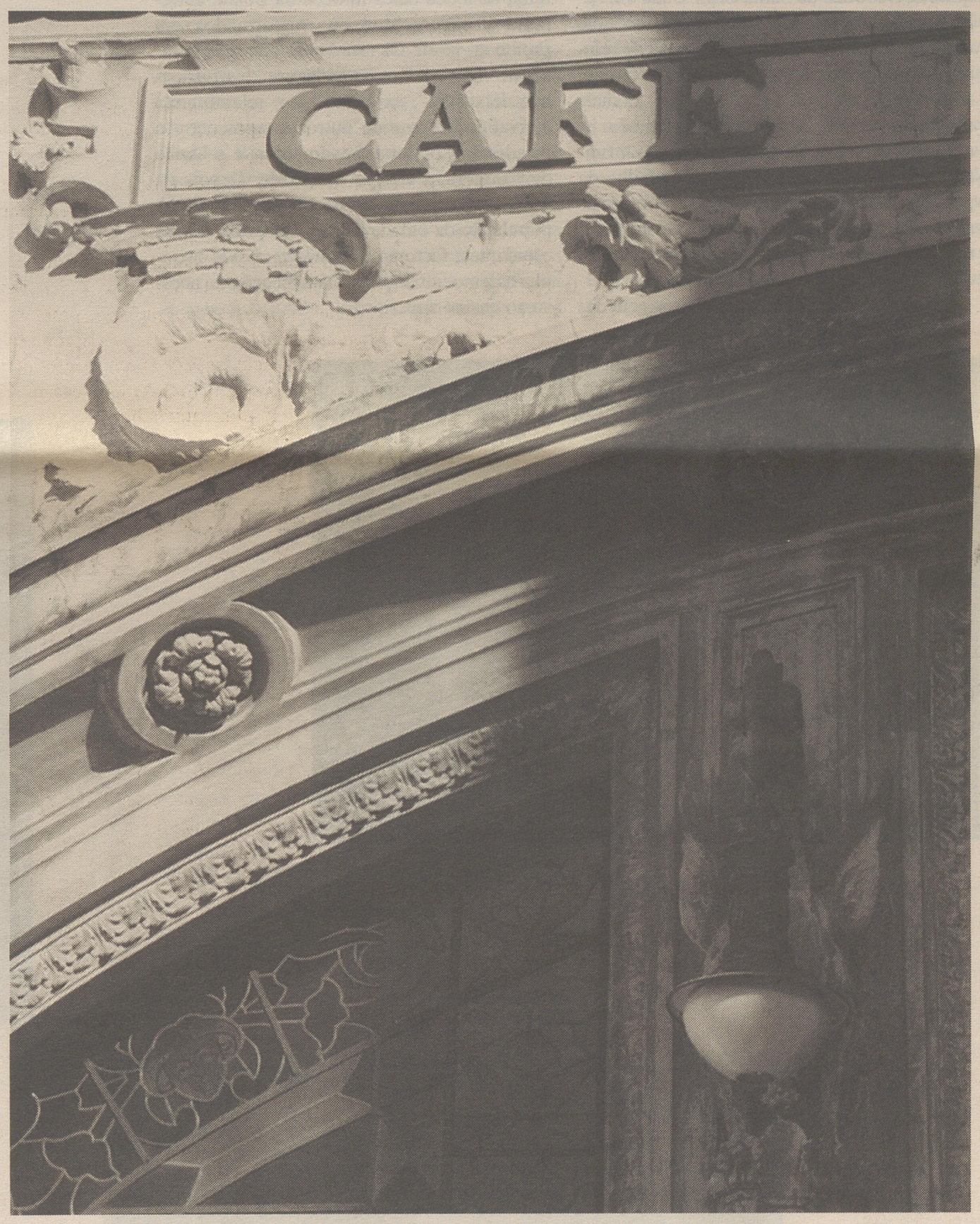
Este texto será, dentro de alguns dias, sujeito a uma votação final no seu conjunto. Depois de aprovado, seguir–se-á o anúncio da sua entrada em vigor, estando a respectiva edição prevista para Maio ou Junho deste ano.

Márcia Oliveira

Ficha Técnica

Director: Bruno Ferreira **Director Adjunto:** Sérgio Alves **Director Gráfico:** Rui Justiniano **Paginação:** Bruno Ferreira, Rui Justiniano, Sérgio Alves **Editores:** Cecília Santos, Helder Dantas **Redacção:** Ana Laura, Cristina Rodrigues, Eduardo Brito, Filipe Vicente, Hugo Ferreira, João Vaz, José Carlos Santos, Leonor Tato, Márcia Oliveira, Manuel Eduardo Rodrigues, Maria João Lopes, Nuno Dias, Pedro Correia, Sílvia Matos, Tiago Marques **Colaboradores:** Angela Neves, Anselmo Câmara, Emanuel Graça, Fernando Nunes, Joana Flôr, Mário Guerreiro, Pedro Ramos, **Fotografia:** Eduardo Brito, Nuno Curado, Pedro Correia **Publicidade:** Pedro Correia: 914177842 / 239821554 **Impressão:** Coraze, S.A.; **Tiragem:** 3000 exemplares **Produção:** Secção de Jornalismo da AAC; **Propriedade:** Associação Académica de Coimbra; **Sede:** Rua Padre António Vieira **Telefone/Fax:** 239821554 **Agradecimentos:** Reitoria da Universidade de Coimbra, Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, Rui Antunes Mendes

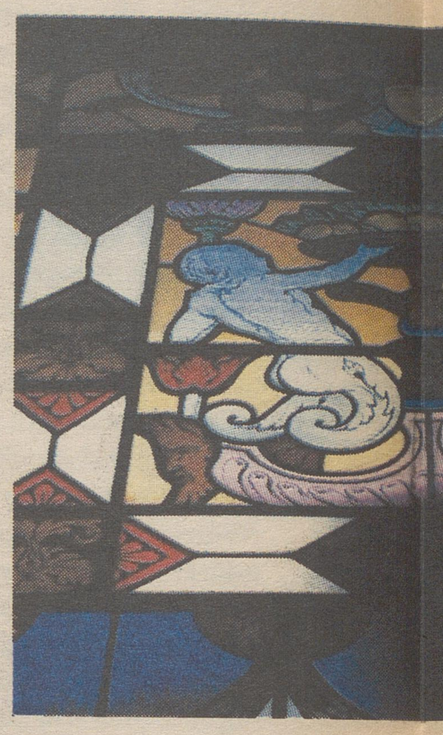
Santa Cruz



O tilintar das chávenas quebra o silêncio das vozes que murmuram no café Santa Cruz. O vapor da cafeína eleve-se sobre as abóbads que testemunham as vivências de várias gerações num dos últimos cafés históricos de Coimbra.

Um templo

**Os doze espelhos espalhados pela sala r
a poesia, as conversas mais inspiradas,
vivências de várias gerações. Ao longo
tipos de pessoas com diferentes modos
fé Santa Cruz, situado na Praça 8 de
sobreviventes, um dos mais ricos e hete**



Os doze espelhos espalhados pela sala reflectem os encontros e desencontros, a poesia, as conversas mais inspiradas, as divagações menos alucinantes e as vivências de várias gerações. Ao longo do dia entram e saem os mais variados tipos de pessoas com diferentes modos de estar, vestir e ser, o que torna o Café Santa Cruz um dos últimos cafés históricos sobreviventes, um dos mais ricos e heterogéneos da cidade.

São sete e meia da manhã, as cadeiras estão ainda em cima das mesas, ao balcão três senhores de meia idade trocam impressões com o empregado - "Pois, sabe, isto não está nada bem", uma frase apanhada a meio de uma conversa sobre a "metafísica–do- estado real dos problemas mais graves que nos afectam no dia–a–dia com repercussões-a médio longo -prazo". As mesas são ocupadas apenas por uma pessoa, o silêncio prevalece. É como se as pessoas sentissem uma reverência pela imponência da arquitectura e não se atrevessem a levantar a voz na antiga Igreja paroquial de São João de Santa Cruz. Cada um bebe vagarosamente o café acompahado pelo matutino preferido, desde a imprensa de referência e os jornais regionais que se encontram ao fundo do café para uso dos clientes, à mais aconselhável revista feminina. Há também os que simplesmente ficam a olhar para o infinito à espera da hora para ir para o trabalho ou para as aulas. O vapor do café sobe rumo às abóbadas de nervuras redondas de estilo manuelino. Abóbadas que testemunham peripécias, fortuitos hábitos quotidianos.

"Dantes isto era um local de passagem das classes trabalhadores da baixa", começa por afirmar o senhor Costa, empregado no café há quinze anos e uma das figuras mais carismáticas. Conhecido pelos clientes, não perde a oportunidade de trocar dois dedos de conversa, enquanto vai olhando de soslaio para os lados, não vá alguém querer um cafezito. Mais antigo na casa é o senhor Vítor. Desde gaiato que o local o fascinou: "ficava à porta, na altura não tinha dinheiro". Aos 60 anos, este comerciante é um dos mais antigos clientes. Lembra–se dos tempos em que os "pides vinham para aí para grandes manjares", o Santa Cruz era conhecido pelo bom serviço de refeições , "era um dos sítios onde se comia melhor". O senhor Costa corrobora e confirma o dito ao apresentar uma conta de dois mil e quinhentos escudos de um desses jantares - "sabe, na altura isto era muito dinheiro". Ao longo das décadas o ambiente também se transformou. O Santa Cruz era o café das classes trabalhadoras da baixa, os intelectuais ficavam pelo Arcádia e pela Brasileira, dois dos cafés míticos da Baixa, entretanto desaparecidos ou trasformados em pronto–a–vestir. Os estudantes não se aventuravam muito por estas andanças, "os futricas não deixavam", exclama Vítor, relembrando a rivalidade feroz de outros tempos entre a Académica, o clube dos doutores, e o União de Coimbra, a equipa da cidade. Depois da crise académica de 69 as coisas mudaram. A população da cidade ficou mais próxima dos estudantes, facto ao qual não terá sido estranha a democratização e massificação do acesso ao ensino superior.

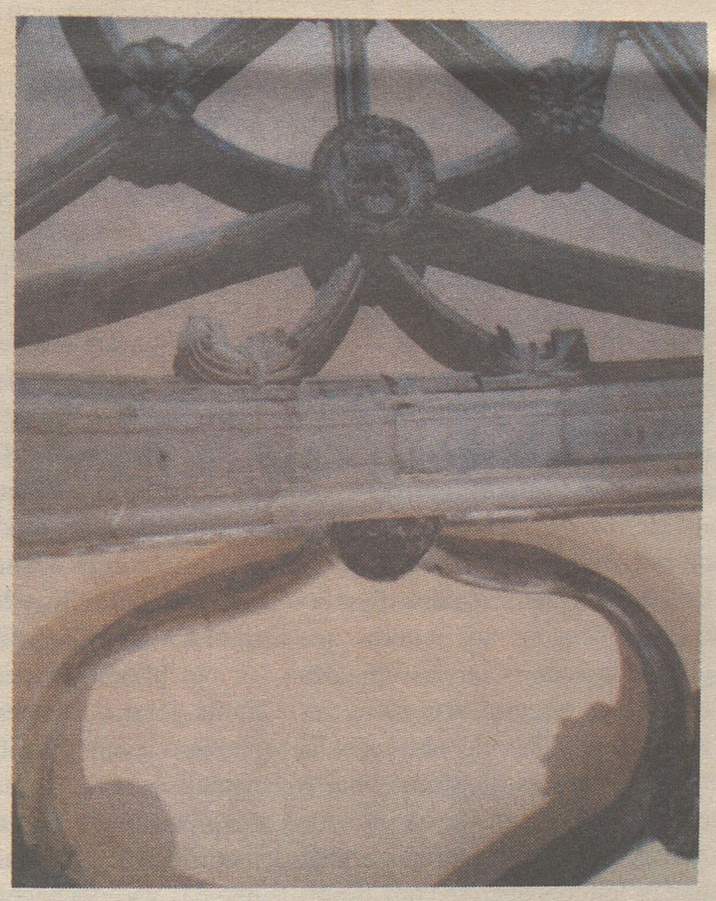
A meio da manhã a faixa etária começa a ser renovada. Se antes se viam na maioria cabelos brancos, agora entram alguns grupos de jovens que procuram o recato para fazer um intervalo no horário escolar ou para "fugir à aldeia académica", como é o caso de Hugo, estudante de Letras que se assume como um cliente assíduo viciado no espaço. Depois de frequentarmos durante algum tempo o café apercebemo–nos de pequenas coisas,"da vida dos empregados e das pausas para fumar um cigarrito", afirma este jovem de 21 anos enquanto enrola um cigarro, deixando cair algumas tiras de tabaco para cima do livro "A Arte e a crítica da Arte", pousado sobre a mesa de mármore. A literatura e a arte imiscuem–se na vivência dos muitos que passam horas a fio a ler ou a contemplar o vitral da entrada, colocado na antiga Igreja aquando da inauguraçao do Café no dia 8

de costumes

a reflectem os encontros e desencontros, as, as divagações menos alucinantes e as o do dia entram e saem os mais variados os de estar, vestir e ser, o que torna o Ca- e Maio, um dos últimos cafés históricos eterogéneos de Coimbra.

de Maio de 1923. O que mais pode trazer gente a este local? "Caras bonitas", responde de pronto Jorge, outro dos habituais do café. O espaço é deveras sedutor. "Este café respira poesia, é um espaço de encontros e desencontros, paixões e desencantos", afirma o jovem actor como se o rumo da sua vida tivesse passado inelutavelmente por ali.

O (in)fortúnio também se joga aqui, junto ao balcão. Acantonam–se as canetas azuis para preencher os quadradinhos com os números da sorte, "sonhei com estes números um dia destes", afirma um senhor idoso de bigode rarefeito. Ao início da tarde, curiosamente, lá estão ao balcão as mesmas caras das nove da manhã: a pequena burguesia que vive na baixa e na baixinha e que não dispensa os dez minutos de pausa para retomar a conversa deixada a meio.



Contrastando com os tons cinza dominantes, uma adolescente de casaco laranja e camisola cor–de–rosa folheia pacientemente o livro de exercícios. De pernas cruzadas, senta–se de costas para a antiga capela–mor, um dos espaços a sofrer alterações nas obras de remodelação projectadas para o Café Santa Cruz. Naquele espaço actualmente utilizado como zona de serviço, vai ter lugar um pequeno palco destinado a acolher espectáculos musicais, recitais, performances e peças de teatro. O objectivo é, nas palavras de José Cruz, empregado de mesa, "tornar o Café um espaço mais cultural e seleccionar um pouco a clientela". Um novo soalho, obras nas casas de banho e um reenquadramento do balcão são outros dos pontos de um projecto já antigo à espera da aprovação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Quanto às obras de remodelação, o senhor Costa está um pouco céptico - "já ouço falar disso desde que cá estou". O certo é que são os próprios sócios da sociedade que explora o café a dizer que, em princípio, será ainda este ano que o Santa Cruz vai mudar de figurino.

O que não vai mudar é a ausência de televisão, rádio ou qualquer sistema de som. Este é um dos aspectos que atrai mais os que frequentam diariamente o café, "há paz, não há ruído", observa Ricardo, estudante de Filosofia, que passa tardes inteiras a ler, estudar ou a rabiscar algumas linhas nas folhas soltas que ocupam a mesa. O anonimato que o café concede seduz os seres mais anti–sociais que ali encontram um refúgio ao frenesim da cidade. Estes preferem as mesas do fundo, onde passam a maior parte do tempo livre. "Há dias em que cá estou das duas da tarde à meia noite, só saio para jantar", afirma um senhor de meia idade residente nas proximidades cuja ocupação não cheguei a perceber. Na verdade, às oito e meia da noite a "nave" está vazia. O cenário contrasta com a animação do "lusco fusco", quando as pessoas aproveitam para compensar o dia de trabalho. É nesta altura que se encontra uma maior heterogenidade de frequentadores, desde estudantes, a idosos, intelectuais e famílias com as crianças irrequietas a correr em torno da mesa.

À noite, o ambiente é mais Coimbra, gentes boémias residentes na Lusa Atenas, entenda–se. O filme nocturno do Café Santa Cruz bem podia ser um capítulo queirosiano dos vencidos da vida de "Os Maias". A meia idade predomina e as primeiras cervejas vão abundando nas mesas ocupadas quer por grupos que conversam ebriamente quer por casais que se falam como se se estivessem a conhecer no preciso momento. Não se vêem pessoas sozinhas numa mesa, a noite é uma companheira, mas ela própria requer uma companhia. "As mesas são demasiado altas" queixa–se o João, um frequentador do café à noite enquanto vai experimentando os vários toques do telemóvel com melodias irritantes.

O empregado limpa o chão e levanta as mesas, está na hora de fechar, diz, convidando–me a sair. À saída invade–me a estranha senção de ter sido um figurante num mundo de personagens (i) reais. A chuva já parou, os rumos divergem: uns seguem a noite para outros poisos, outros retiram–se para o leito para hibernar durante algumas horas.

Texto: José Carlos Santos
Fotografias: Eduardo Brito

José Manuel Fernandes em entrevista

"Os protestos têm diminuído"

Num mundo cada vez mais informado o Público tenta responder às solicitações. O porquê das mudanças explicado por quem dirige este jornal.

Adaptar o Público às novas necessidades dos leitores e fazer dele um jornal de referência europeia foram as grandes razões que, segundo José Manuel Fernandes levaram às últimas alterações deste diário. Alterações no início recebidas com algumas reticências, mas que de acordo com as palavras do seu director começam a ser bem aceites por quem o folheia.

Quais são as principais alterações a nível de conteúdo e a nível gráfico que o Público sofreu?

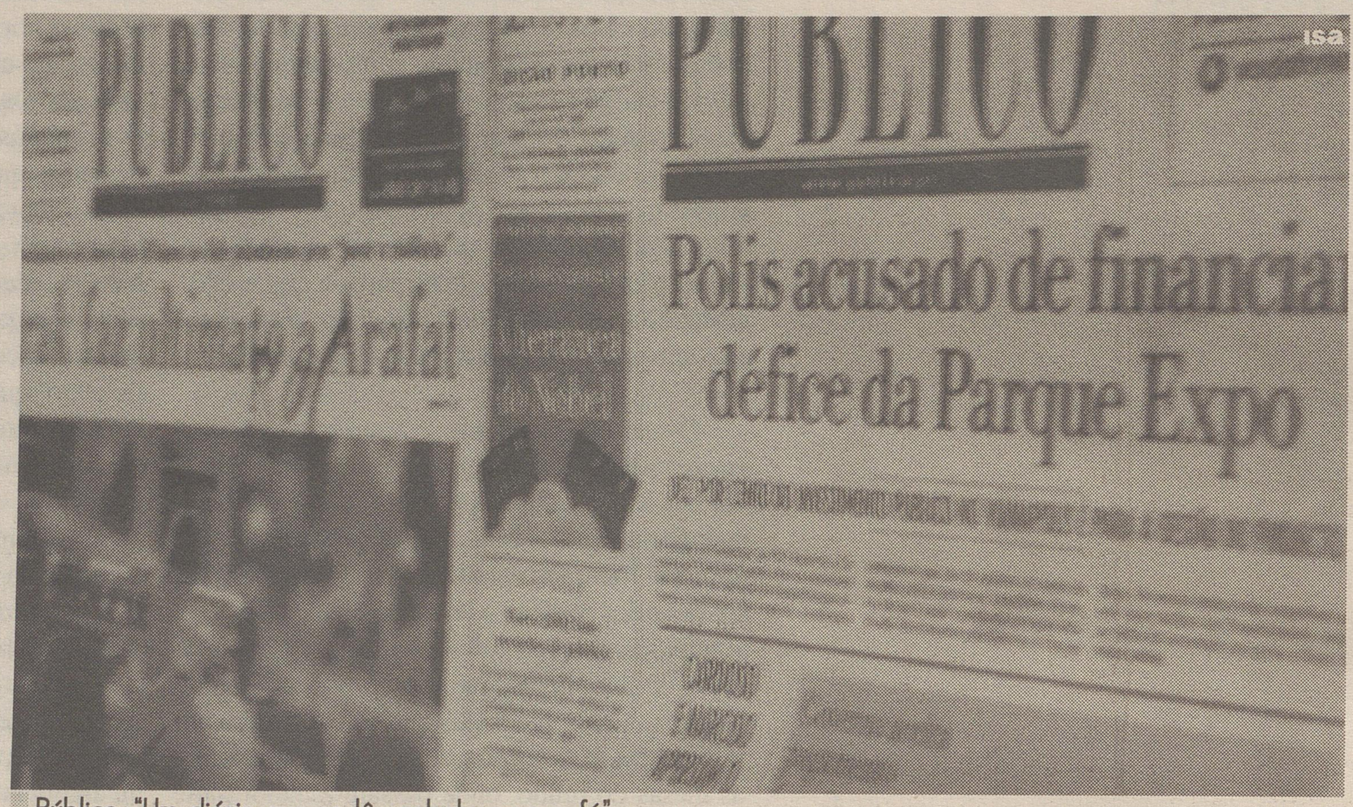
A nossa preocupação ao fazer alterações no jornal não foram apenas estéticas. O jornal era bonito e não havia necessidade de alterá–lo, mas nós tínhamos a noção de que precisávamos fazer algumas coisas a nível editorial, o que exigia adaptações gráficas.

Que género de alterações?

Precisávamos de adaptar o jornal a um tipo de leitura que hoje em dia é diferente da que era há dez anos atrás. As pessoas têm pouco tempo para ler e o nosso tipo de leitores tem acesso a muitas fontes de informação, e portanto a noção de que o jornal é a sua única e quase exclusiva fonte de informação não é verdadeira, porque o meio é concorrencial.Tínhamos que encontrar fórmulas que permitissem aos leitores ter vários tempos de leitura ao folhear o jornal. Os que tinham menos tempo e que precisavam de apanhar o essencial sem, contudo, ficarem insatisfeitos. Isto forçou a utilização de títulos mais descritivos e isso exigia por sua vez uma letra mais pequena para poder pôr mais informação. Simultaneamente, precisávamos também que os artigos não dessem a impressão de serem longos. Não se trata de dar menos informação, trata–se de a partir um pouco, dando-a com mais rigor, mais secura e mais riqueza. Quando o leitor se habituar vai saber lê–lo em vários níveis, em dez minutos, em meia–hora, em três horas.

Não acha que o jornal tem uma mancha negra maior?

A entrelinha é exactamente a mesma, o corpo da letra é que é um pouco maior e diferente porque tínhamos muitas queixas de pessoas que tinham dificuldade em ler o jornal. Hoje, o corpo da letra aproximou–se do normal e isso cria uma impressão gráfica completamente diferente. Essa questão só por si obrigava a mexer em quase tudo, porque a mancha do jornal é muito tipográfica.



Público: "Um diário que se lê ao beber um café"

Quando o leitor se habituar vai saber ler o jornal em vários níveis

Desde o primeiro momento que a nossa preocupação era fazer um jornal que tivesse um nível de qualidade e exigência

Mas não acha que os leitores estavam habituados ao esquema da última página? Ao eixo Calvin/Eduardo Prado Coelho?

As pessoas estavam habituadas a encontrar na última página um certo número de coisas, a coluna do Eduardo Prado Coelho podia perfeitamente ter continuado ali, simplesmente havia problemas com o espaço da página. Portanto, criámos outro espaço e tamanho fixos, porque dantes o corpo variava, ou era mais largo ou mais gordo. Agora é fixo e desse ponto de vista tem uma dignidade maior.

O que é uma mudança, se quisermos, é a ideia de uma última página com últimas notícias e nós tivemos a noção de que num jornal em que as últimas tem doze ou dezasseis horas de atraso, não se podem chamar últimas notícias, num mundo em que a informação é instantânea, imediata.Havia algum anacronismo nisto. Por outro lado a criação daquele espaço na última página obriga–nos a fazer um tipo de jornalismo que nós desprezávamos. Fazer reportagens, retratos de pessoas, tornar o jornal mais próximo daqueles cidadãos que nos liam antes, mas também de alguns que não ligam muito aos jornais, porque acham que estes não retratam a vida das pessoas.

Nós temos noção que a mudança que mais criou perturbação nos hábitos de leitura foi a alteração da última página. Com franqueza não tínhamos essa noção antes. Realmente verificámos que havia ali uns hábitos muito entranhados na forma de ler o jornal. Pessoas que começavam pela última e agora vão ter de reabituar–se a ler de outra maneira.

Mas, conforme os dias vão passando, aquilo que ao princípio foi um desconforto, os leitores vão–se habituando ao novo que se calhar é mais interessante do que o antigo.

Isto acontece sempre que um jornal muda, sobretudo um diário que se lê ao beber um café de uma forma quase automática. Uma pessoa quase que folheia sem raciocinar e durante uns dias é preciso pensar onde está isto e aquilo, julgo passar rapidamente.

Todo este processo de alteração do jornal foi pensado, então, ao longo de quanto tempo?

Houve as primeiras reuniões no início de 99, os primeiros contactos realizámos estudos de mercado, sondagens aos leitores que consolidassem as nossas opiniões e para nos orientar, porque às vezes nas reuniões de redacção há muitas vezes as questões sobre o que o público quer e não quer e muitas vezes confundimos aquilo que os leitores querem com as opiniões dos jornalistas e é necessário conciliar os estudos de mercado com aquilo que é a nossa intuição. Nós fizemos um estudo de mercado em 1999 e a partir daí começámos a desenvolver equipas. A parte mais intensa tem cerca de dois anos.

Mas esta mudança de grafismo não foi feita pela equipa de grafismo que normalmente funcionava, houve uma mudança de equipa?

Não, vamos lá a ver, o jornal tem uma equipa gráfica interna que faz o jornal todos os dias, mas que não tem as características para desenhar um jornal. O primeiro projecto gráfico foi feito em 1989, pelo Henrique Cayatte, que trabalhou no Público seis meses e depois foi embora. Depois fez coisas como o actual grafismo da "Pública", do "Economia".

Mas há algum mentor do projecto?

O trabalho neste momento tem coisas desenhadas por muita gente diferente. O Fugas e o Primeiro Caderno foram desenvolvidos e desenhados por uma empresa de imagem de Pamplona que se chama Pega Comunicación.

A opinião dos leitores é um pouco a de que o Público parece o El País. Isto agrada–lhe?

Eu acho que o jornal é bastante diferente do El País, mas gosto imenso que o comparem com ele porque acho que é um dos melhores jornais do mundo. Desde o primeiro momento que a nossa preocupação era fazer em Portugal um jornal que tivesse um nível de qualidade e exigência da grande referência de imprensa europeia, com os meios possíveis que cá existem. Nós não podemos ter o tamanho da redacção do Times ou do El País, não podemos sequer imprimir o mesmo número de páginas, nem na publicidade, nem na circulação. Portanto, neste momento não houve a intenção de copiar aquele tipo de soluções.

A ideia que nós temos acerca da reacção dos leitores do Público formámo–la com que o vamos ouvindo e com o que vamos lendo das cartas dos leitores. Mas qual é a vossa opinião?

No princípio apercebemo–nos muita gente descontente. É natural que isso aconteça, estávamos à espera disso. Com o passar dos dias, sentimos que as opiniões estão a modificar–se um pouco, porque as pessoas vão conhecendo melhor o produto, vão mergulhando dentro das páginas. O número dos protestos tem diminuído ao longo dos dias.

Os estudantes em Coimbra, o jornal que compram mais, a seguir ao Record e à Bola, é o Público. É essa a ideia que tem?

A ideia que eu tenho é que nós somos o diário com mais vendas em Coimbra, são factos. Como é uma cidade de estudantes, calculávamos que o nosso sucesso em Coimbra, não era só pelo facto de estarmos a meio do país, mas também pela forte presença dos estudantes em Coimbra.

Ana Laura

Verba de 55 mil contos, atribuída às Repúblicas, mostra–se insuficiente

Reestruturação nas Repúblicas

Foram atribuídos pelo Estado 55 mil contos, a serem distribuídos pelas 27 repúblicas, de forma a colmatar as númeras carências, quer a nível logístico quer estrutural. Degradação e mesmo ruína, como no caso do Kimbo los Sobas, requerem uma intervenção urgente.

Devido às péssimas condições ue se fazem sentir em todas as epúblicas, foi estimado um orça- ento por todas as casas e tam- ém pelos Serviços de Acção So- ial da Universidade de Coimbra SASUC), em cerca de 100 mil ontos para lhes fazer face.

Segundo Luzio Vaz, adminis- ador dos SASUC, devido ao es- ado crítico em que estas casas se ncontram, quer a nível logístico uer de construção, procurou–se ontactar o Gabinete de Apoio ao studante, do qual se obteve uma esposta relativa à atribuição de ma verba de 55 mil contos, por arte do Estado. "Recebemos por- anto metade, que já não é au...", acrescenta Luzio Vaz. No eguimento da verba disponibili- ada, dada a filosofia de acção e espeito pelas repúblicas, foi pe- ida uma reunião com todos os epúblicos para que se tentasse efinir um critério ou para lhes edir que eles, no seio do Conse- lho de repúblicas (CR), definis- sem os critérios quanto à distri- buição dessa verba.

Segundo o administrador, de- ve ter–se pelas repúblicas a consi- deração que lhes é devida e emer- gente da própria lei. Entende que as repúblicas possibilitam na for- mação da personalidade do estu- dante uma riqueza que nem sem- pre é fácil de encontrar fora das mesmas, pois uma república obri- ga a viver em comunhão, quer a nível de gestão financeira, ali- mentação... Essa formação obriga a renúncias individuais represen- tando "uma verdadeira escola da vida".

Há uma obrigação não só le- gal, mas moral, da Universidade, dos SASUC, da Câmara Munici- pal de Coimbra (CMC), do gover- no para com as repúblicas; Luzio Vaz frisa ainda a importância que estas casas têm, para as pessoas que nelas vivem: "Os repúblicos não podem viver ao ar, por baixo da ponte, alguns dos edifícios es- tão bastante degradados, mesmo em ruínas, como o caso do Kimbo Dos Sobas, que importa acudir". Nessa medida, por obrigação e por devoção, os SASUC têm dado alguns subsídios, mas nem sem- pre há disponibilidade suficiente para grandes obras, pois isso já é mais complicado.

Conselho de Repúblicas em discussão

Dada a autonomia que é ine- rente às repúblicas, os próprios SASUC remeteram–lhes o poder de decisão, relativo à distribuição da referida verba. Neste contexto têm vindo a realizar–se diversos CR´s, tendo sido o primeiro no dia 18 de Janeiro. Nestas reu- niões, seis até ao momento, reali- zando–se a última a 13 de Feve- reiro, tem–se discutido a distri- buição da verba pelas 27 repúbli- cas. Apesar de ter havido progres- sos, foi notória a dificuldade que se fez sentir nestas reuniões para se chegar a um primeiro consenso relativo à atribuição da verba a atribuir ao Kimbo. Esta dificulda- de fez–se sentir dado que as repú- blicas só decidem por unanimida- de, o que por si só obriga ao con- fronto de ideias, a consensos e é preciso discutir nem que isso leve noites, horas e horas de discussão. Quanto à proposta inicial de 10 mil contos a atribuir à referida re- pública, apenas uma de entre as 27 repúblicas apresentou uma proposta diferente. Contudo, à quinta reunião, resolveu–se atri- buir ao Kimbo Dos Sobas a verba inicialmente proposta.

Relativamente à distribuição da verba pelas outras repúblicas, se não conseguirem decidir dentro do prazo inicialmente previsto, este será prolongado.

Se entretanto não conseguirem chegar a um consenso, Luzio Vaz adianta que "há a hipótese de reu- nir uma comissão com um enge- nheiro cá da casa, talvez um lá de fora e pedir a uma outra república, das mais antigas, para verificarem a razoabilidade dos orçamentos".

Para além do Kimbo dos So- bas, todas as repúblicas têm ne- cessidades, até os Galifões, que é uma república recente e tem insta- lações relativamente novas. Des- de o Bota–Abaixo, Rás–Te–Parta, Baco, Ay–ó–Linda, Spreit'ó Furo, além de outras, são repúblicas que estão num mau estado considerá- vel, pois são todas casas velhas que pagam rendas baixas, "não há uma exigência moral para obrigar o senhorio a fazer obras"- afirma Luzio Vaz.

A verba cedida pelo Estado continua a não ser suficiente, os SASUC vão ter de continuar a dispensar apoios pontuais para a parte eléctrica, soalhos, canaliza- ção, casas de banho, etc.

Manuel Eduardo Rodrigues
Silvia Matos

Kimbo–degradação

"República uma vez, república ara sempre". Esta máxima, parti- hada por quantos viveram e vi- em este "modus vivendi" durante s anos de estudo, leva–nos a com- reender mais facilmente as reti- ências que os repúblicos do Kim- o dos Sobas sentem quando con- rontados com a hipótese de mudar le casa, já que, consideram, "estas aredes têm história, e essa situa- ão iria provocar, de certo modo, ma ruptura com o passado".

Constatámos que o Kimbo dos Sobas apresenta uma estrutura um avançado estado precário. As achas nas paredes do edifício na ave, desde há quatro anos para cá sofreram um aumento de cinco entímetros. Com as obras no edi- fício ao lado, "as nossas condições pioraram de dia para dia", refere Nino Sam, república do Kimbo dos Sobas. Uma casa–de–banho inutilizada, assim como outros es- paços na cave, autênticos buracos na parede e o declive para o preci- pício que se encontra nas traseiras, é o saldo.

O senhorio já foi notificado pe- la CMC para fazer as obras, como entretanto não se disponibilizou, alegando não ter recursos, esse di- reito remete–se para os inquilinos.

Nino Sam diz ainda, que quan- to à proposta de distribuição dos oito residentes pelas outras repú- blicas, "considerámo–la descabi- da, até porque iria contribuir para a quebra da nossa unidade".

Este problema foi ultrapassado pois têm já uma outra casa, onde ficarão instalados até as obras es- tarem concluídas.

Esta república festejou o seu "centenário" (38º aniversário) no passado dia 3 de Fevereiro, na can- tina das Químicas, devido às con- dições de ruína oferecidas pelo próprio edifício.

Para estes e para todos os repú- blicos " as repúblicas de Coimbra foram sempre espaços onde emer- ge a liberdade em cada festa, em cada discussão acesa, em cada me- sa de estudantes; é a oportunidade da construção de uma sociedade mais democrática. Mas a república é alma e corpo de mulher. Deve ser fruída e amada. Talvez venerada, como deusa. Sempre".

MER
SM

A degradação é visível, desde logo, no declive da fachada

Na revelação de 24 ou 36 fotos oferta de :

*** 1 rolo,**
*** 1 álbum,**
*** 1 Ampliação 20x30**

Revelação em 30 minutos

Após a 6ª revelação oferta da 7ª

FOTO MONTEIRO

Praça do Comércio – 8-1º telef: 239 822 105
Galerias Avenida, Piso O, Loja 2 3000 - 351 Coimbra telef: 239 821 915

"Vintage 2000" traz a Coimbra o melhor do cinema...

Colheita de luxo

O Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) é "palco" durante todo este mês de Fevereiro do "Vintage 2000", ciclo de cinema que traz a Coimbra o que de melhor se viu nas salas portuguesas durante o ano transacto.

Ainda da responsabilidade do ex–director do TAGV e actual docente da cadeira de História e Estética do Cinema, Abílio Hernandez, o "Vintage 2000", conforme palavras do próprio, "assume–se como uma escolha pessoal e subjectiva porque acaba por ser o produto do gosto de quem programa". Não obstante este facto, a qualidade dos filmes em cartaz não é abalada.

A abrangência de épocas e cinematografias diversas assume–se como critério de qualidade: dos dez filmes em cartaz, cinco provêm da indústria cinematográfica americana, enquanto os restantes nos dão uma panorâmica do cinema europeu estreado entre nós em 2000, ainda que realizados em épocas temporalmente distintas. O filme de Werner Schroeter, "O Rei das Rosas", é disso um bom exemplo. Realizado em 1986, só em 2000 foi dado a conhecer, com relativo êxito, ao público português, facto que atesta a sua intemporalidade.

Pela tela do TAGV passaram já grandes películas como "American Beauty", do luso–descendente Sam Mendes, galardoado com seis Óscares da Academia, "A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça", de Tim Burton, ou, "Por um Fio", de Martin Scorsese, e grandes realizadores como Takeshi Kitano, com "O Verão de Kikujiro" e Jim Jarmusch com "Ghost Dog- O Método do Samurai".

D.R.

"O vento levár-nos-á", um dos filmes a ser exibido no ciclo Vintage 2000

Para todos aqueles que ainda não tiveram oportunidade de assistir, A CABRA deixa uma perspectiva do que ainda poderá ser visto.

"Sicilia!", com projecção prevista para 19 de Fevereiro (dia em que esta edição d`A CABRA sai da forja), é antes demais, uma história sobre leveza - a do ser e a do mundo. Produção franco–italiana conduzida pelo casal Daniéle Huillet- Jean–Marie Straub, "Sicilia!" é o relato de um regresso, quase como uma matriz moral que intimamente afecta a cada um, mais que a um espaço - o da Sicília mítica- a um tempo: o da infância.

E se "Sicilia!" é um filme sobre a irreversibilidade das coisas, "O Vento Levar–nos-á", última produção do iraniano Abbas Kiarostami, com exibição no TAGV a 20 de Fevereiro, é um poema visual, quase que um hino à integridade das coisas. Houve já quem o comparasse a uma pintura, bela, tanto por aquilo que mostra, como por aquilo que não deixa ver.

Aclamado pela crítica, premiado com a Palma de Ouro em Cannes, "Dancer in the Dark" (a 24 de Fevereiro), do dinamarquês Lars Von Trier e com Björk numa interpretação notável, é, concerteza, um dos filmes que podem marcar uma vida: tudo porque é um recital de esperança, uma visão estruturante sobre a capacidade de fantasiar do ser humano, mesmo quando se encontra no centro das situações mais desesperadas. Imperdível.

Não menos interessante será também "Magnolia", filme que (e parafraseando Abílio Hernandez, responsável pela selecção das películas patentes neste "Vintage 2000") "é , do ponto de vista narrativo, um filme interessantíssimo, por configurar uma trama em mosaico". Tom Cruise, num dos melhores papéis da sua vida, onde a exiguidade da condição humana acaba por ser o fio condutor, faz jus à ideia de que o passado, façamos o que fizermos, não corta connosco. A 25 de Fevereiro na tela do TAGV.

O "Vintage" fecha em glória a 28 de Fevereiro com a exibição de "O Rei das Rosas" de Werner Schroeter, película que, tendo sido rodada em 1986 em Sintra, apenas no ano transacto chegou às salas portuguesas. "O Rei das Rosas" é, antes de mais, uma obra intemporal, uma alegoria poética sobre o quanto o amor é como as rosas: um misto de beleza e espinhos, de alquimia e dor. Jogando com o silêncio, por um lado, e o cromatismo das pétalas que despontam um pouco por todo o lado, "O Rei das Rosas", com produção do português Paulo Branco, semeia no espectador o fascínio pela ritualização da paixão e da morte.

Com perfume de rosas, muitas rosas, com um apocalipse bíblico - sapos chovendo do céu, ressuscitando a infância e o amor por aquilo que, estando à nossa volta, também faz parte de nós, chamando a atenção para a fragilidade da condição humana e para o poder da fantasia, assim se faz o "Vintage 2000". Uma oportunidade para ver ou recordar o que de melhor estreou entre nós em 2000. Até 28 de Fevereiro, sempre pelas 21h45, no Teatro Académico de Gil Vicente.

Marco Paulo Carvalho
Pedro Miguel Ramos

Oitavos Caminhos

Festival em contagem decrescente

A VIII edição dos "Caminhos do Cinema Português" já tem data marcada. De 31 de Março a 7 de Abril, Coimbra será, de novo, a capital do cinema nacional. Para além dos filmes, haverá também espaço para os workshops.

O Centro de Estudos Cinematográficos (CEC) promove mais uma vez o único festival dedicado exclusivamente ao cinema português. Considerado o espaço privilegiado para ver (ou rever) os filmes mais recentes, o evento servirá igualmente de pretexto para uma série de workshops. Deste modo, a formação ocupará um espaço importante na próxima edição dos "Caminhos do Cinema Português". Da animação à interpretação, passando pelo vídeo e pela escrita de guiões, os workshops são a grande novidade do festival e destinam–se a todo o público.

O primeiro de seis workshops ("Animação de Volumes") será orientado por Mário Jorge Neves, realizador e produtor do filme "Shshsh - Sintonia Incompleta". Aqui serão abordadas algumas técnicas de animação e criação de volumes.

"Produção no Feminino" é o nome do segundo workshop que, de momento, continua com certos elementos por definir. Este visará, essencialmente, diferentes pontos de vista sobre a produção.

De regresso a Portugal, a actriz brasileira Thaís de Campos será, juntamente com Mónica Vilela, a formadora do terceiro workshop, denominado "Interpretação Para Cinema". Está prevista a seguinte estrutura: posicionamento diante da câmara, enquadramento, eixo, percepção e improviso, roteiro e capítulo, continuidade e teste sem medo.

Noutro domínio, Pedro Teodoro, responsável pelas equipas de exteriores da Publimondego, orientará o workshop sobre "Técnicas de Vídeo". Predominantemente prático, vai incidir na realização e montagem com estúdio móvel, simulações de debates e entrevistas bem como conceitos básicos de vídeo e montagem.

O quinto workshop destina–se à explanação de conceitos e regras de escrita de argumentos para cinema. Para dirigir este capítulo de "Guionismo de Cinema", estará presente Paulo Filipe Monteiro, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O último workshop é um pequeno curso de cinema português, orientado por Fausto Cruchinho. Este professosr da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra procurará fazer uma abordagem geral ao tema e uma análise das principais correntes estéticas do cinema nacional. Haverá ainda espaço para o visionamento de excertos de filmes significativos.

Os workshops decorrerão durante o festival, encontrando–se abertas as inscrições. O número de participantes é limitado e, à excepção do workshop de "Interpretação para Cinema" (duas turmas de 35 formandos), todos os restantes limitam as inscrições a 20 pessoas. As horas de formação são variáveis e o preço de cada workshop é dez mil escudos para o público em geral e oito mil escudos para os sócios do CEC.

No âmbito dos "Caminhos do Cinema Português", a organização destes seis workshops acaba por constituir a maior aposta do CEC. Contudo, a edição deste ano encerra mais surpresas, como, por exemplo, a existência de uma nova categoria: o Prémio Revelação.

Os caminhos já começaram a ser traçados e prometem muito cinema português. Ficamos à espera.

João Vaz Silva

AAC/OAF à procura de novos rumos

SAD ou fundação?

O Organismo Autónomo de Futebol (OAF) discute a possibilidade de se tornar uma Sociedade Anónima Desportiva ou uma Fundação, de modo a encontrar uma solução funcional para o futuro da Académica.

O Organismo Autónomo de Futebol da Associação Académica de Coimbra (AAC/AAC) está a discutir se se quer tornar numa Sociedade Anónima Desportiva ou numa Fundação em conjunto com a Universidade.

No Organismo de Futebol da AAC está a ser discutida a questão da gestão futura da instituição e da sua evolução no sentido da modernização e profissionalização dos vários sectores que nela se encontram. Este debate tem estado na ordem do dia com uma forte participação dos seus associados.

O que se pretende é uma solução funcional orgânica e financeiramente adequada ao futuro da Académica. O que vai ser entregue aos sócios é precisamente o estudo destas soluções para o futuro da AAC/OAF. As soluções apresentadas passam pela criação de uma SAD (Sociedade Anónima Desportiva), ou pela criação de uma Fundação, um projecto apresentado pelo ex–Presidente da Assembleia Geral do OAF. Esse projecto previa até criar uma fundação, não propriamente para o futebol, mas para englobar toda a Direcção Geral da Associação Académica, a Reitoria, a Câmara e evidentemente o OAF, sendo que a partir daí se desenvolveriam todos os processos desportivos. Com a criação desta Fundação pretende–se criar uma relação e uma cooperação entre os vários sectores do Organismo, passando inclusivé por uma relação com as academias estrangeiras e pela criação de uma cooperativa de ensino, como forma de atrair os mais jovens para a prática desportiva.

O processo para a implantação destes modelos de gestão passa por uma apresentação aos sócios, depois por uma discussão pública, acabando numa assembleia geral onde se aprovará o caminho que o organismo irá tomar.

Desta forma, todos os cenários são ainda possíveis, podendo até passar, se os sócios assim o entenderem, por uma manutenção do actual modelo de gestão.

"Caso N`dinga"

O processo judicial interposto pela AAC/OAF em 1993 contra a Federação Portuguesa de Futebol, relativo ao "caso N'Dinga" foi finalmente a julgamento. Volvidos todos estes anos, os dirigentes academistas esperam que o tribunal obrigue esta instituição a indemnizar a Académica com uma verba no valor dos 700 mil contos, como consequência dos danos causados com a descida de divisão. Segundo os responsáveis academistas, a Académica não pode, de forma alguma, ser integralmente ressarcida de dez anos passados na II divisão, uma vez que os prejuízos foram bastante elevados.

Ainda estão na memória de todos os que acompanham o fenómeno desportivo, e o futebol em particular, as circunstâncias que levaram a Associação Académica de Coimbra à descida para a II Divisão Nacional na época de 1987/88. A causa principal foi o "Caso N´Dinga", que, infelizmente, nunca foi totalmente esclarecido. Para os que não se recordam, ao longo dos anos os dirigentes academistas afirmaram que a Académica saiu de forma muito prejudicada pela indevida utilização do zairense N´Dinga , que representava na altura o Vitória de Guimarães. Dessa forma, os "estudantes" afirmam que este jogador estava mal inscrito quando defrontou a Académica, numa partida em que o Guimarães venceu por 3-0, resultado esse que foi muito importante na descida da formação de Coimbra à II Divisão de Honra, até porque as duas equipas terminaram o campeonato com uma igualdade pontual.

Nuno Dias

PUB

LOUCURA TOTAL 2

21 22 23 de Fevereiro

Londres	13.600$	Manchester	37.400$
Edimburgo	22.700$	Amesterdão	37.500$
Nova Iorque	54.500$	México	72.800$
Budapeste	46.100$	Milão	37.400$
Munique	25.600$	Praga	46.100$
Roma	35.800$	S. Francisco	75.100$

telesales 21 316 60 00

www.usittagus.pt

ENCAIXA OS TEUS SONHOS NO TEU ORÇAMENTO!

3 dias para comprares a viagem dos teus sonhos a preços com que nunca sonhaste!

CONDIÇÕES - Taxas não incluídas. Tarifas promocionais sujeitas a disponibilidade. Preços para jovens e estudantes. Algumas tarifas são válidas para jovens, estudantes e professores até aos 35 anos e para um acompanhante sem limite de idade. Consulta as nossas condições que variam conforme o destino e a companhia aérea: datas, validades e limites de idade.

LISBOA - R. Camilo Castelo Branco, 20 - Fax: 21 3532715 / Praça de Londres, 9C - Fax: 21 8485363 / PORTO - R. Campo Alegre, 261 - Tel: 22 6094146 - Fax: 22 6094141 / BRAGA - Praça do Município, 7 - Tel: 253 215144 - Fax: 253 215194 / COIMBRA - Edif. A.A.C. R. P de António Vieira - Tel: 239 805483 - Fax: 239 805134 / FARO - Av. 5 Outubro, 24C - Tel: 289 805483 - Fax: 289 805134

usit TAGUS

Carlos Paredes

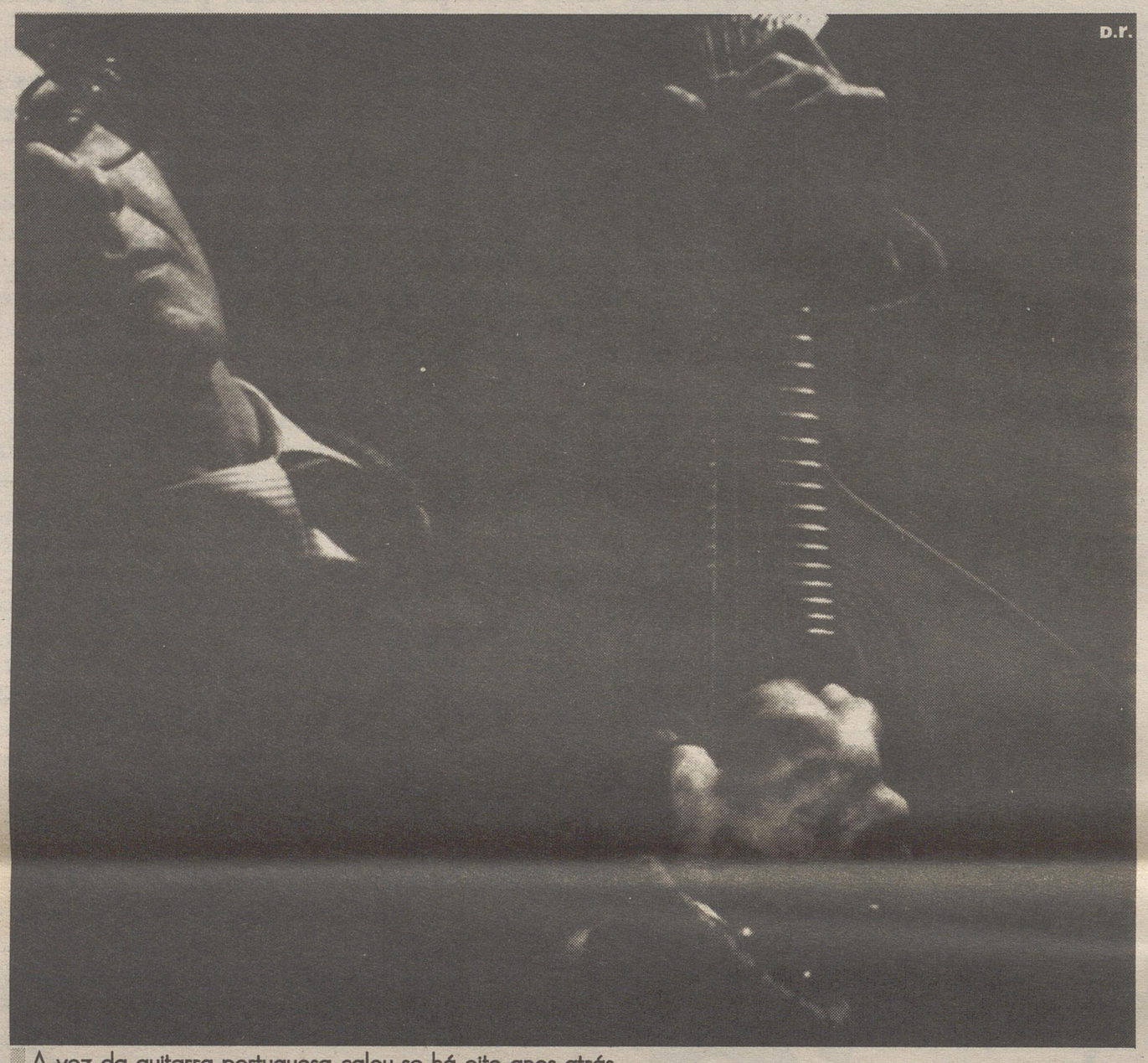
A voz da guitarra

Herdeiro de uma vasta tradição guitarrística familiar, Carlos Paredes nunca rejeitou a influência que recebeu, tanto da música popular portuguesa como do próprio fado de Coimbra.

Já lá vão oito anos desde que o grande génio de Carlos Paredes se calou. O fado das suas mãos falantes foi cortado e Portugal deixou de ouvir o som do mestre. Uma terrível mielopatia crónica cessou–lhe o dedilhar mágico que impunha à sua guitarra. Calou–se injustamente quem teve o brilhantismo de descobrir o que de mais luminoso havia na guitarra portuguesa.

Carlos Paredes nasceu em Coimbra a 16 de Fevereiro de 1925. Em 1934 passou a viver em Lisboa, onde concluiu a instrução primária no jardim–escola João de Deus. Fez o ensino secundário no Passos Manuel e frequentou o Instituto Superior Técnico. Já aos quatro anos tinha aprendido a tocar guitarra com o pai, Artur Paredes. A sua música fez incursões em vários domínios da arte, do teatro ao cinema e bailado. No teatro trabalhou com Carlos Avilez e com o grupo de teatro de Campolide; no cinema compôs as bandas sonoras de Verdes Anos, de Mudar de Vida, de Paulo Rocha, e de uma série de curtas–metragens. No mundo do bailado, em 1982 Vasco Wellenkamp criou o bailado Danças para uma Guitarra, com música de Carlos Paredes. Da sua ampla discografia destacam–se títulos como Carlos Paredes, Verdes Anos, Guitarra Portuguesa, Porto Santo, Divertimento, Variações em Ré Menor, Mudar de Vida, Balada de Coimbra, Concerto em Frankfurt, Espelho de Sons, Movimento Perpétuo, António Marinheiro e Dialog. Uma das suas características foi a renovação da Guitarra Portuguesa, especialmente a partir de uma geração de 60 revitalizada por novos conceitos socioculturais, onde floresciam as vozes de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira e António Bernardino, bem como a poesia de Manuel Alegre, a guitarra de António Portugal e as violas de Rui Pato e Luís Filipe. Em suma, de toda uma geração Coimbrã que revolucionou a guitarra por dentro da guitarra e cantou valores que a projectariam inevitavelmente no futuro. Foi justamente a partir desse ambiente de revolta e inovação que Carlos Paredes começou a construir o seu estilo, aquilo a que chamou "escola de rua", afirmando que "o guitarrista tem de integrar a guitarra em si mesmo, tornando-a a sua voz. A música é como se fosse uma voz que fala de emoções".

Na sua música, ponto de encontro de referências estéticas, múltiplas e diversificadas, entrecruzam–se de forma intrincada a veia popular e a filiação erudita, as raízes mais portuguesas e as influências cosmopolitas, o respeito pela tradição e um fluxo criativo sempre profundamente original e inovador. Se a sua música é eminentemente portuguesa, é-o mais pela combinação muito pessoal de todos estes elementos diversos do que pela adesão directa às convenções próprias de qualquer das tradições e géneros específicos que absorveu. Esta autenticidade faz dela uma mensagem plena de universalidade, que tem encontrado repercussão nos contextos culturais mais distintos. Recusando–se a manter apenas a actividade profissional de músico, Carlos Paredes trabalhou sempre nos Hospitais Civis de Lisboa como funcionário público. A sua modéstia, revestida de uma evidente sinceridade, transparece na energia vital da sua actividade de criador, na generosidade das suas interpretações na sua entrega física e emocional completa como intérprete, na autenticidade de um estilo que parece transpor todas as barreiras socioculturais.



A voz da guitarra portuguesa calou-se há oito anos atrás

Verdes Anos

Era uma adolescência cercada.
A guerra no horizonte como um sol de breu.
Por Coimbra passavam as águas correndo, vigiadas, rumo ao
sul - onde a fome e a terra sonegada erguiam os homens dochão.
Mas a guitarra subia pelo frio, movimento perpétuo e esmerildos dias.
De longe, de muito longe, chegava esse frémito de terra acordada,
dor de existir e usina de incêndios.

João Pedro Mésseder

A alma de um génio

Carlos Paredes desde cedo evidenciou uma grande aptidão para tocar o seu próprio som, à sua própria maneira. Tocava desde os quatro anos com seu pai, Artur Paredes, servindo–lhe de acompanhante, mas já aí mostrava uma grande vontade e determinação de um génio, pronto para mudar e alargar os horizontes da guitarra portuguesa.

Paredes é visto como o grande impulsionador de uma nova maneira de tocar: mais brusca, mais violenta, transmitindo com mais vigor as emoções que iam na alma. É através de uma guitarra inovadora e renovada que Carlos Paredes mantém o seu objectivo: a busca pela perfeição. Carlos Paredes não só veio renovar e inovar a guitarra, mas também todo um conjunto de conceitos e temáticas. Estas inovações dão–se ao nível etnomusical, transformando–se em novos conceitos socioculturais das gerações de 60, mantendo, porém, a sua influência do fado de Coimbra e da música popular portuguesa. É nesta geração que Paredes combina a sua música com as vozes nascentes de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Luís Goês e António Bernardino, os novos valores da poesia e as violas e guitarras dos Mestres. É com esta nova geração que Carlos Paredes faz enaltecer novos valores do futuro, novos valores pela liberdade, e é nesta liberdade que solta a guitarra das garras implacáveis do fado tradicional.

É assim que Carlos Paredes se torna num "rebelde" criador de uma nova guitarra nacional, visando sempre a esperança de um futuro mais risonho. Os seus acordes transportavam as forças necessárias para alargar os horizontes e abrir novas paisagens a este sentimento nacional que é o fado e a sua eterna guitarra.

Dele muitos disseram que era um génio, mas a sua humildade excessiva sempre reinou e Carlos Paredes via–se como um "amador da guitarra", um "instrumentista popular". E de facto é verdade, pois nunca chegou a profissionalizar–se, mas o seu "amadorismo popular" estendeu–se até à genialidade. Dele Amália Rodrigues disse ser "um monumento nacional como os Jerónimos"; Joan Barnet percebeu que "na sua música, Carlos Paredes rebela–se contra a aceitação passiva do destino, característica do estilo "fado", e celebra, em contrapartida, a exuberância da vida, na esperança de um futuro melhor". Para Carlos Paredes bastava o simples facto de o público gostar de ouvir tocar o seu fado, a sua guitarra. Só conta a vontade de uma audiência emocionada, ávida pela sonoridade da sua guitarra.

Na sua vida Carlos Paredes manteve sempre três grandes "amores": a sua guitarra, os amigos e a sua vida. E é nestes três grandes "amores" que o Mestre Paredes alicerça a sua genialidade de viver e ver o mundo com uma simplicidade total e uma ingenuidade de poeta.

Calou–se esta voz genial, mas para nós fica o mais recente disco de Carlos Paredes lançado pela EMI–VC, intitulado " O melhor de Carlos Paredes". Fica–nos a saudade de ouvir ao vivo as geniais e violentas dedilhadas que só este génio conseguiu dar ao lusitano mundo da música.

Nuno Dias
Anselmo Câmara

Lançamentos musicais

"The Complete B–Sides", dos extintos Pixies

sai a 5 de Março

"Sunny Border Blue", de Kristin Hersh

sai 12 de Março

"Everyday", da Dave Mathews Band

sai a 27 de Fevereiro

"So why so sad", o primeiro single do próximo álbum de Manic Street Preachers.

sai a 5 de Março

"Regeneration" dos Divine Comedy

sai a 12 de Março

Cinema

Cinemas Millenium
Sessão Especial:
"Entre Pernas" de Manuel Gomez Pereira

25 de Fevereiro a 3 de Março

"Saint - Cyr" de Patricia Mazuy

20 a 22 de Fevereiro

Teatro Académico de Gil Vicente

Ciclo de cinema
"Vintage 2000", sempre às 21h45:

"Sicília!", de Daniéle Huillet e Jean - Marie Straub

19 de Fevereiro

"Dancer in the Dark", de Lars Von Trier

24 de Fevereiro

"Magnolia", de Paul Thomas Anderson

25 de Fevereiro

"O Rei das Rosas" de Werner Schroeter

28 de Fevereiro

Televisão

"Futurama"

Domingos na RTP 2, 21h00

"Os Sopranos"

Segundas na RTP 2, 23h00

"Uma Pistola"

Quartas na RTP 2, 01h00

"Ally Macbeal"

Terças na TVI, 00h35

"Rita Catita"

Segunda a Sexta na TVI, às 17.30

"A Ilustre Casa de Blackadder"

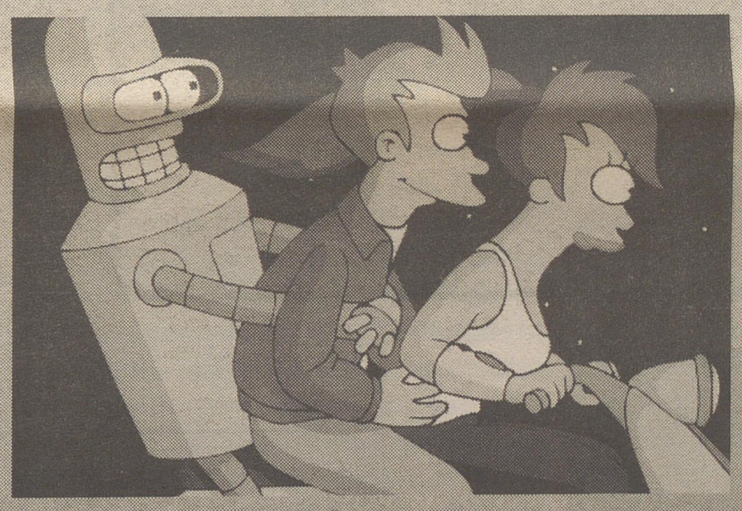
Sábados na RTP 2

"Conversa Privada"

Terças na RTP 2, 23h00

"Zapping"

Quartas na RTP 2, 23h00



Exposições

Secção de Divulgação de Culturas Lusófonas - Exposição fotográfica alusiva ao Carnaval

Bar da AAC, de 21 a 28

Pelouro da Cultura DG/AAC, Baile de Máscaras

Cantina B (Grelhados) e Jardins da AAC, dia 22

No TAGV, Café Teatro: Victor Arruda (Galeria Canvas).

8 a 25, das 09h00 ás 24h00

No TAGV, Café Teatro: "Conversas com Artistas". Albuquerque Mendes fala sobre a obra de Victor Arruda.

Dia 22, 18h00

Teatro

(Comemorações do Dia Mundial do Teatro)
"Três Horas Esquerdas" de Daniil Kharms

12 e 13 de Março no TAGV, 21h45

"Se Chovesse Vocês Estragavam–se Todos" de Clovis Levi e Tania Pacheco

20 de Março no TAGV, 10h00, 15h00 e 21h45

"O Fantástico Francis Hardy, Curandeiro" de Brien Friel

27 de Março no TAGV, 21h45

artes

Linhas Dubaixo

Há muito que se sabe que Viena respira frescura e inovação por todos os poros no que toca à produção de música electrónica de pendor dançável e afins. Desde os princípios da década de noventa que proliferam movimentos artísticos - musicais e não só - que acabaram por catapultar uma série de nomes ao estatuto de referência para produtores e editoras um pouco por todo o globo. A casa editorial G–stone é, sem dúvida, uma das principais responsáveis por essa nova brisa austríaca. Aliando uma forte componente imagética à irrepreensível qualidade e bom gosto das suas edições regulares sempre se pautou por manter um distanciamento sóbrio perante o sucesso, o que lhe veio a conferir uma certa aura de misticismo e culto.

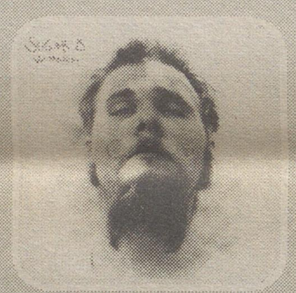
Com Peter Kruder, um dos patrões da G–stone, Martin "Sugar B" Forster fundou os Moreaus e envolveu–se em vários projectos de divulgação do dub seja através de programas de rádio, de sound systems, da criação do Dubclub ou animando sessões de DJ's como MC de serviço.

A partir do "Swound Park Villa" desenvolveu um minucioso trabalho de laboratório em estúdio que resultou neste "I & I Produkt", um registo exótico de dub atmosférico com linhas de baixo musculadas e pesadíssimas. Silêncios e momentos hipnóticos partilham uma fronteira tão ténue que se confundem. As cadências rítmicas preguiçosas emulsionam–se em minimais loops repetitivos que absorvem o fumo dos vocoders, delays, efeitos e ecos de máquinas que tornam vozes, gargalhadas, gritos e sussurros imperceptíveis (ora humanos, ora animalescos). As letras non–sense sobrevivem às reverberações provocadas pelo uso abusivo de electrónica que manipula qualquer réstia de organicidade de sons.

O estúdio usado como laboratório em expoente máximo.

Rui Caniço

Sugar B



"I & I Product"
MVM (2000)

Sigur Rós

"Ágaetis Byrjun"
Fat Cat Records (1999)

A perfeição não é um mito

Saem de uma ilha gelada onde a mãe natureza rodeia a atmosfera ainda virgem do homem que sabe evoluir sem exército e quase isolado do mundo. Duendes alquimistas com um dialecto de fadas e uma banda sonora que abre as portas sagradas do paraíso e nos deixa às voltas acima do nosso próprio universo.

Depois dos Sugarcubes, Bjork e Gus Gus, a Islândia volta a afirmar–se como um dos pontos mais importantes da cultura musical europeia.

Os Sigur Rós, que sonhavam poder ter dinheiro para comer e pagar a renda com a música que fazem, começaram a traduzir a melâncolia há sete anos e acabaram por chegar aos ouvidos do mundo com este segundo trabalho de originais, cujo título em português significa "Um início perfeito". Há dois anos lançaram "Von" e depois entregaram as primeiras composições para vários amigos remisturarem e reuniram–nas num trabalho de remisturas.

No que toca à sonoridade, só queriam que a pop do futuro fosse assim; simples, honesta, deslumbrante. Dizemos mais, a música pop, quando for grande, quer ser assim!

Ao contrário de projectos a que normalmente são associados, como os Mogwai, Low ou Godspeed You Black Emperor, a habitual postura de "a guerra está perdida, mas há que continuar a lutar" é aqui substituida por uma explosão de luz e sentimentos mágicos que deixam leve quem está desanimado e nas núvens quem está minimamente satisfeito.

Compreende–se que grande parte da imprensa tenha considerado este disco como um dos melhores do ano, compreende–se que sejam capa da prestigiada "Wire". Estamos perante um fenómeno de culto com tendência a alastrar repentina e justificadamente.

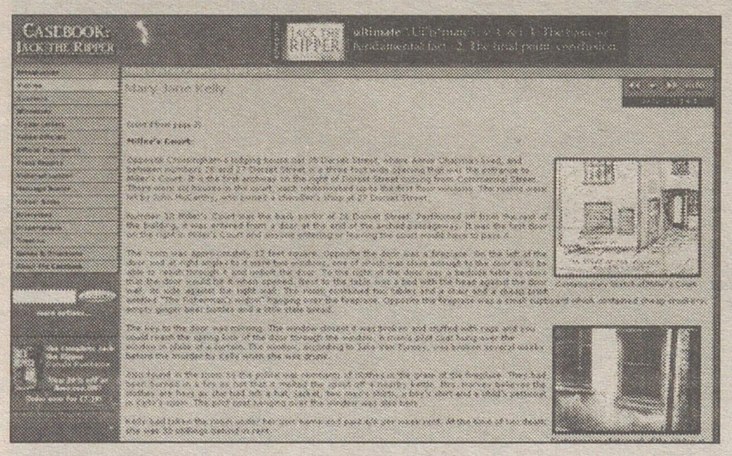
Foram convidados pelos Radiohead e pelos Godspeed Y.B.E. para as primeiras partes e tinham prometido à RUC visitar Coimbra a 9 de Abril. Infelizmente a editora força–os a pisar o palco do CCB (Lisboa) na mesma data, numa primeira aparição por terras lusas, em data única.

Não há temas a destacar num disco que se ouve do início ao fim, ininterruptamente e vezes sem conta. Rendo-me ao seu encanto!

Hugo Ferreira

e agora, algo completamente diferente

Em 1888, um dos mais enigmáticos assassinos da história aterrorizou a zona de East End em Londres. Jack, o Estripador, assassinou 5 prostitutas entre 31 de Agosto e 9 de Novembro. O traço comum dos crimes foi o esventramento



bárbaro das suas vítimas. O traço incomum foi a absoluta inoperância da Scoltland Yard em capturar o assassino. O site

www.casebook.org

é uma autêntica enciclopédia sobre este misterioso assassino. Um autêntico livro de apontamentos onde podemos encontrar tudo, absolutamente tudo: desde uma contextualização dos crimes na época victoriana até relatórios das autópsias das vítimas. Pelo meio, temos à disposição dossiers de imprensa da época, inquirições de testemunhas, análises de suspeitos, fotografias, enfim, uma panóplia de documentos indispensáveis a quem se quer debruçar sobre o caso.

E agora, algo completamente diferente...

www.pythonline.com

ou para quem procura os guiões dos episódios dos Monty Python,

bau2.uibk.ac.at/sg/python

Stina Nordenstam nasceu e vive na Suécia. É jornalista e fotógrafa, mas sobretudo canta e compõe como muito pouca gente. Stina não fala à imprensa, muito pouco se sabe sobre a sua pessoa.

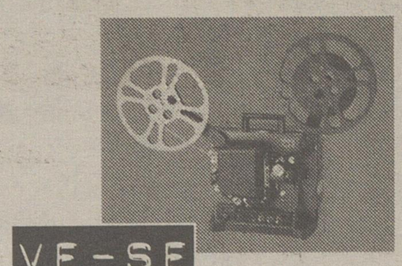
www.nordenstam.com

convida–nos a um "walk in the park", um passeio onde

conhecemos um pouco das coisas que compõem a vida de Nordenstam: desde as fotografias que tira até às relações que tem com objectos, palavras e emoções.Pelo meio, desvendamos a cortina das músicas que faz. O site é estranho, mas composto por um belíssimo grafismo. O passeio no parque é um périplo por mitos, labirintos e palavras. Imperdível, como os discos de Stina Nordenstam.

Eduardo Brito

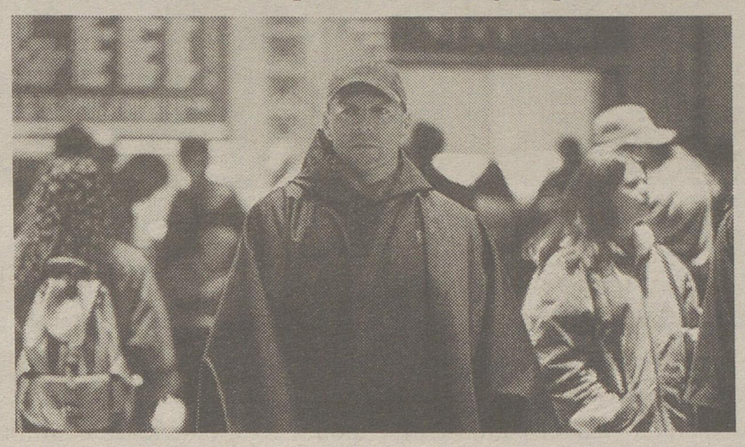
Feitas



"O Protegido" - M. Night Shyamalan

Até há muito pouco tempo desconhecido do grande público, M. Night Shyamalan despertou a atenção massificada de um público sedento de atmosferas tensas e histórias sobrenaturais sem a fanfarra habitual de efeitos digitais, sustos previsíveis e explosões a granel. Na verdade, ao conceber uma estrutura argumental relativamente linear em função, acima de tudo, de um final desconcertante e insuspeito, como no prévio "O Sexto Sentido", Shyamalan corre o risco de ser acusado de ter repetido a mesma fórmula em "O Protegido". O que não seria, em rigor, muito correcto. Aqui encontramos, de facto, o mesmo ambiente sombrio, para o que muito contribui a fotografia do português Eduardo Serra, um protagonista confuso e deprimido, alheio à sua própria identidade (Bruce Willis), uma criança (Spencer Treat Clark) que tem de lidar com os fantasmas que o perseguem - neste filme num sentido meramente metafórico -, conhece a verdade e procura que os outros a aceitem (aqui cabe destacar uma sequência particularmente perturbadora, que envolve um confronto com os pais) e uma mulher confusa (Robin Wright Penn), apanhada num turbilhão de emoções contraditórias. O resto é outra história. "O Protegido" é um filme mais introspectivo e enigmático, que acentua a decadência de uma sociedade sem alma, povoada por personagens estranhas e antagónicas que terão de se complementar para que a redenção final faça sentido.

O David Dunne de Bruce Willis leva–nos a acreditar nas suas qualidades de homem vulgar, sem nos permitir vislumbrar muito mais do que isso. Samuel L. Jackson é uma inquietante figura, Elijah Price, tranquilamente ameaçador, inteligente e irónico, que usa uma fachada de sofisticação para esconder uma raiva que tem ramificações profundas. Por



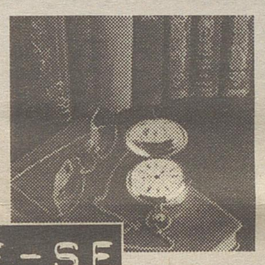
seu lado, Robin Wright Penn não se limita a ser a esposa decorativa. É uma personagem tridimensional, em crise, que acredita numa nova tentativa para salvar o seu casamento com Dave, depois do horrível desastre do qual ele sai ileso.

Shyamalan explora tanto os aspectos humanos como os imateriais, sem nunca perder de vista a atmosfera de thriller, com as necessárias reviravoltas narrativas, pistas enganadoras e movimentos de câmara atemorizadores.

Falar de Unbreakable sem desvendar os seus segredos é um trabalho ingrato, mas creio que este filme se poderia traduzir numa máxima e em duas ou três ideias genéricas: a vida é dor. Não há heróis, não há vilões e tem de existir um equilíbrio dramático entre o bem e o mal para que uma justiça enferma aconteça. Um pressuposto dos comics, sobretudo da Marvel, constantemente referenciados (e reverenciados) de forma inteligente.

Para os que procuram menos detalhe e observação do comportamento humano, aborrece essa necessidade crepuscular de afirmar uma espécie de realismo soturno, polvilhado de fantástico, claramente finissecular, onde ninguém se sente à vontade nem quer ou consegue definir o seu papel. O que é feito do maravilhoso imaginário dos super–heróis, dos super–poderes, dessas figuras larger than life e suas estonteantes aventuras? Shyamalan sente claramente a necessidade de se afirmar como um esteta, dentro da grande máquina de produção industrial que é Hollywood. Ao fazê–lo, porém, leva–se demasiado a sério e cria um eixo de atracção em função do seu próprio virtuosismo. Se não, vejamos: a longo prazo, dos super–heróis toda a gente se lembra... dos super–anti–heróis não reza a história. David quem?...

João Andrade Madeira



"Nome de Guerra" Almada Negreiros

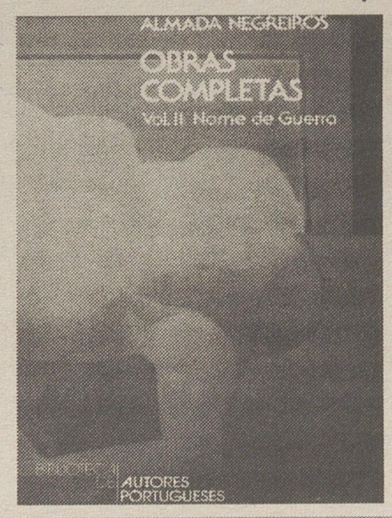
"O pensamento humano e a humanidade não são uma e a mesma coisa. O pensamento humano leva sempre uma incomensurável dianteira à marcha geral da humanidade." (cap. LXII)

Única aproximação ao romance, não só de Almada Negreiros, mas de toda a geração de Orpheu, Nome de Guerra seria apenas publicado em 1938, embora tenha sido escrito em 1925 e reflicta a Lisboa dos anos 20. É a cidade (palco por excelência da cena modernista) que faz mover o protagonista, Antunes, um rapaz de 30 anos, oriundo da província, num processo de conhecimento, que começa por lhe ser imposto externamente pelo seu tio (desejoso de o ver tornar–se "qualquer coisa que se visse") e acabará por se saldar na formação de uma consciência individual. Nome de Guerra é, pois, um romance de aprendizagem: Antunes torna–se adulto e independente para viver a sua vida através das experiências por que passa na capital.

O factor decisivo nesse processo de amadurecimento é o relacionamento de Antunes com uma mulher, Judite, e é através desse relacionamento que Antunes, mais do que perceber a companheira, percebe–se a si mesmo. Grande parte do fascínio da escrita de Almada encontra–se na análise dos estados de alma e da psicologia de ambas as personagens - e, através de uma atenção particular e pouco usual, na da mulher. Tal percepção dos sentimentos humanos e da sua mutabilidade não se encontrará com facilidade na literatura portuguesa depois de Eça de Queirós (e surpreende–se, aqui e ali, ao longo do romance, e com evidência nas descrições da vida nocturna lisboeta, essa influência). O autor, funcionando como uma voz de consciência, externa mas imiscuída na intimidade das personagens, permite a compreensão dos caracteres destas e da sua actuação em conjunto. Poucas vezes o amor terá sido tão francamente entendido e descrito na nossa literatura.

É certo que foi apontado ao romance o defeito de não permitir um crescimento da intriga de forma a justificar plenamente as mudanças operadas nas personagens, mas não se pode alhear Nome de Guerra das intenções revolucionárias do Modernismo português. Na verdade, este é um romance atípico, e a sua velocidade busca servir a profundidade da revelação do homem no conflito consigo mesmo (segundo expressão do próprio texto). Antunes debate–se pela primeira vez com a consciência de si mesmo. Ainda que, desde sempre, ele tenha tido "só para ele, uma maneira de ver as coisas muito sua" (cap. XII), faltava–lhe a capacidade de afirmação dessa pessoalidade. É no choque entre a sua educação (obviamente impeditiva) e a realidade (que lhe desperta a necessidade de adoptar um ponto de vista seu) que reside o ponto de partida para uma viragem que, até pelo carácter exortativo com que se conclui a narrativa, teria de ser veloz e absoluta. Antunes é um homem que não concorda com o seu espelho e que deseja "perder o medo" para "ganhar o conhecimento da vida" (cap. XV). Mas essa tentativa de "encontrar a porta por onde se entra para a humanidade" (cap. XIX) esbarra num impedimento grave: a sociedade. Pois "a sociedade só tem que ver com todos, não tem nada que cheirar com cada um!" (cap.II) e, à força de desejar a definição de uma normalidade, procura igualar todos os comportamentos. E, assim, todas as pessoas, subjugando–se à sociedade, terminam inexoravelmente por se encontrarem "de costas voltadas para si mesmas como para o diabo" (cap.II). Antunes aprende a tomar uma posição na vida que lhe pertence - e para isso ele necessitará perder as ilusões e, mesmo, passar por um estado de estranhamento. Posição essa que, independentemente de ser ou não digna de aplauso, é única, porque sua: "o nosso íntimo pessoal é inatingível por outrem" (cap. II). A sociedade "é uma mediania a transpor pessoalmente" (cap. LX). E, para tornar possível essa transposição, para que possa afirmar a sua autenticidade e libertar–se dos preceitos a que os que o antecederam o tentaram subjugar, cada homem tem de passar por um processo de conflito consigo mesmo e de confronto com a sociedade que o precede e rodeia - é por isso Nome de Guerra um romance subversivo. "É sempre assim, temos sempre que perder o nosso tempo em desfazer o bem que os outros fizeram por nós" (cap. LII).

Gonçalo Duarte



rodrigo leão **e vox ensemble**

3 de Março TAGV 15º Aniversário RUC

CumpliCidades

Coimbra está, definitivamente, na moda. E se não "na moda" no sentido mais prosaico do termo, pelo menos nos últimos tempos tem sido de certa forma consensual que discutir Coimbra está na ordem do dia.

E, para quem viveu estes últimos anos habituado a gravitar num marasmo absolutamente asfixiante, não deixa de haver uma certa e compreensível desconfiança na maneira como se deve olhar estes súbitos laivos de protagonismo de quem há muito estava, consciente ou inconscientemente, mergulhado num obscurismo petrificante.

De repente, e como que resultado de uma sentimento de caridade compulsiva, Coimbra é presenteada com um investimento de cerca de 14 milhões de contos, fruto do municipalmente muito badalado "Programa Polis", e com o reconhecimento de muitos anos de "deixar andar e pouco ou nada fazer" em termos culturais ao ter o privilégio de se tornar a primeira "Capital Nacional da Cultura" em 2002. Que bom ver que, ao fim de tantos anos de espera e de letargia auto–sustentada, temos o prazer de ver que alguém em Lisboa se lembrou que Coimbra é digna de mais do que os majestosos complexos de cimenteiras co–incineradoras. E a autarquia, obviamente, agradece. Não fosse o apoio altruísta e desinteressado do bom poder central e lá estaríamos nós outra vez confinados ao nosso triste destino de estar à espera de algo que, ou não prometeu vir, ou, se prometeu, não virá concerteza tão cedo. Não haja dúvida que esta é uma posição muito mais confortável do que tentar esgueirar–se, de uma vez por todas, da sombra omnipresente da Universidade e questionar porque é que uma cidade com as potencialidades que se reconhece a Coimbra não consegue, por si só, criar sinergias que a tirem do marasmo em que se encontra.

E, por isso mesmo, não deixa de ser interessante registar aquilo que aparenta ser a criação de uma espécie de fórum de discussão pública à volta do tema "cidade de Coimbra". Poder–se-á eventualmente julgar que este facto tem muito, pouco ou nada a ver com a aproximação das autárquicas mas não se pode, contudo, deixar de valorizar uma discussão que, à partida, só pode ser salutar. Isto ao contrário do que parece pensar o coro de vozes histéricas que reagiu a uma série de críticas (sejam elas muito, pouco ou nada justas) de uma forma absolutamente desproporcionada e a roçar o patético. Defenda–se a (deveras discutível) política cultural da autarquia, defendam–se questões como a do projecto de construção do teatro municipal (a obra pública mais parecida com D.Sebastião, por estas bandas) mas defenda–se com o devido nível, com pareceres, com argumentos fundamentados. Não na lógica do "quem sabe somos nós" e do "já que demorámos tantos anos a preparar e avançar com o projecto, agora respeitem–no".

Neste sentido, não deixa de ser curioso esperar pelos desenvolvimentos do processo "Capital Nacional da Cultura - Coimbra 2002" que julgo ninguém ter ainda percebido muito bem se trará com ele vantagens ou ónus. Tendo em conta que estamos a falar de uma cidade onde não se consegue discernir uma política cultural devidamente pensada e estruturada, onde as medidas avulsas não conseguem evitar que dezenas de grupos teatrais tenham que ensaiar em garagens exíguas (sendo depois obrigados a penar para encontrar uma sala para a apresentação dos seus trabalhos), que iniciativas com a dimensão de uns Encontros de Fotografia não possam contar com um espaço condigno, será caso para dizer, como alguém disse um dia, que não nos devemos surpreender com aquilo que já é previsível...

Sérgio Alves

12 de Janeiro de 2001

Cumpre esta imagem o objectivo que uma trivial foto de família normalmente pretende atingir: recordar um dia que, para todos, foi de alguma forma especial. Este foi o dia em que A CABRA comemorou dez anos de vida. Este foi o dia em que aqueles que ao longo deste tempo contribuiram, de uma forma ou de outra, para a edificação deste projecto se voltaram a reunir à volta de algo que é certamente comum a todos. Estes são os rostos daqueles que fizeram aquilo que é hoje A CABRA. Estes são os rostos daqueles que acreditaram que a A CABRA podia crescer, solidificar, credibilizar–se e conquistar o seu espaço próprio dentro da Academia, da Universidade e da cidade de Coimbra. Sem querermos enveredar pelo egocentrismo exacerbado, aqui fica mais um momento roubado à memória de um dia que tão cedo não será, por estas bandas, esquecido.

SA

Coimbra mágica

A Luís de Matos Produções, num trabalho conjunto com a RTP, vai estar presente no Teatro Académico Gil Vicente (TAGV) para efectuar a gravação de um novo programa televisivo.

Luís de Matos vai, assim, entrar em palco para gravar um programa de magia ao vivo e ao qual qualquer pessoa pode assistir.As gravações vão decorrer no TAGV entre os meses de Fevereiro e Junho às sextas–feiras por volta das 8.30 horas.

Segundo a produção do programa, a cidade de Coimbra foi a escolhida pelo autor para "fugir um pouco aos espaços usuais onde as gravações dste género de programas têm decorrido".

Todas as sessões realizadas vão contar, como de resto já é habitual, com uma vasta lista de convidados. Assim, a primeira edição, a ser emitida numa data ainda por definir, vai contar com a presença de René Lavand, Tommy Wonder, Pee Bou e John Gaughn.Os ingressos vão custar mil escudos para quem quiser assistir às peripécias dos artistas que assim tornam Coimbra ainda mais mágica.

Radiofonias universitárias

As rádios universitárias do país vão estar em Coimbra, no dia 3 de Março, para o primeiro Encontro Nacional de Rádios Universitárias.

Esta iniciativa insere–se na comemoração do aniversário de 15 anos da Rádio Universidade de Coimbra. Neste dia, a organização propõe reunir a Rádio Universitária do Minho, a Rádio Universidade do Marão e a futura Rádio Universidade do Algarve, que já possui frequência mas ainda não tem instalações técnicas.

Está ainda em aberto a participação de outros projectos deste tipo, rádios universitárias on–line inclusive. No café–teatro do TAGV, às 15h30, vão ser aboradadas as realidades de cada uma das estações, as diferenças e afinidades entre elas e a discussão de estratégias de cooperação.

Uma iniciativa importante já que, na opinião da organização, a nova Lei das Rádios Locais prevê especificidades para rádios estudantis.

Pátio da Consignação

Nos próximos tempos, associar o espaço do Pátio da Inquisição à Escola da Noite vai deixar de fazer sentido com a recente consignação camarária do futuro Colégio das Artes.

Esta zona da Baixa da cidade será alvo de uma requalificação orçada em 523 mil contos e terá ligação com a Rua da Sofia. No dia 12 deste mês, o presidente da câmara, Manuel Machado deu o seu aval a um projecto que já vem do tempo do ex–Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho. Na apresentação oficial do projecto, a Escola da Noite apelidou Coimbra de a "Capital Nacional do Teatro de Rua" e prendou o presidente com o "Auto da Consignação" como forma de protesto.

Em declarações a A CABRA, o director da Escola da Noite, António Augusto Barros, mostrou o seu desagrado em relação a todo o desenrolar deste processo. Mas assevera que "não está contra o projecto". Pelo contrário, acrescenta que "de alguma maneira, nós fomos um estímulo para que o projecto aparecesse", pois a câmara reconheceu a validade de uma programação cultural regular.

O verdadeiro pomo de discórdia prende–se com o facto de não haver um local apropriado para esta companhia se instalar, enquanto se procede às obras de beneficiação. Ao contrário da Casa dos Pobres - que foi realojada atempadamente - a autarquia não proporcionou um espaço adequado às necessidades desta companhia. Este director acusa a câmara de andar a "atirar poeira para os olhos das pessoas" com os espaços propostos. Revelou o seu cepticismo quanto à instalação na Relvinha, porque "na melhor das hipoteses" este espaço só terá as condições mínimas daqui a sete meses. Entretanto, confessa que dois terços da produção teatral para este ano está ameaçada.

a **comix trip** produções apresenta:

quarta-feira
21 fevereiro 2001
22h45m
Colégio das artes
dep. arquitectura

música
instalaçao
pintura
performance
malabarismo
projecção

comix trip party